



8757617

08018.001832/2018-01



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Nota Técnica n.º 3/2019/CONARE_Administrativo/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ

PROCESSO Nº 08018.001832/2018-01

INTERESSADO: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE

ESTUDO DE PAÍS DE ORIGEM - VENEZUELA

1. ANÁLISE DE INCIDÊNCIA DE GRAVE GENERALIZADA VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1.1. Este relatório analisa a situação institucional e fática da Venezuela, à luz dos direitos humanos, por meio da pesquisa detalhada de Estudo de País de Origem - EPO, e trata de análise, reconhecimento e aplicabilidade de Grave e Generalizada Violações de Direitos Humanos, conforme estabelecido no âmbito do inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997.

1.2. O espírito do disposto no inciso III do art. 1º da citada Lei foi inspirado na Declaração de Cartagena, documento que conclamou aos países a necessidade de estender a condição de refugiado às pessoas que deixaram seus países de origem porque a vida, a segurança ou a liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

1.3. As diretrizes de Cartagena, bem como as considerações do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), e do MRE (Ministério das Relações Exteriores), serão utilizadas como critério para filtrar e consolidar as informações da Venezuela. A sistemática terá finalidade de garantir informações consistentes, com indicadores objetivos e mensuráveis, oferecendo o suporte necessário à decisão do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.

1.4. As informações serão selecionadas sob o crivo de 7 elementos, sendo 5 critérios de Cartagena e outros 2 documentos oriundos do Acnur e do MRE, instituições que trazem elementos, cada qual com seu modo de analisar a complexidade da situação objetiva do país. A análise do MRE, considerando sua função diplomática, terá um papel de referendar as pesquisas, e em caso de indicativo de **não** reconhecer a existência de grave e generalizada violação de direitos humanos, certamente terá influência na decisão dos demais membros no sentido de não se debruçar à situação fática não existente país ora em estudo.

1.5. Os critérios na aplicação da metodologia Grave e Generalizada Violações de Direitos Humanos são, a saber: **1. violência generalizada; 2. agressão estrangeira; 3. conflitos internos; 4. violação maciça dos direitos humanos; 5. circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública; 6. Nota de Orientação do ACNUR; e 7. Posição do MRE.**

2. CONTEXTUALIZAÇÃO - CRONOLOGIA

2.1. Principais Eventos (2013-2019)

2013: Nicolás Maduro ganha eleições - Partido PSUV (Partido Socialista Unido de Venezuela). Nível de violência aumenta, escassez de comida e outros bens, inflação, desvalorização da moeda. Alguns protestos e mortes decorrentes deles. Venezuela se retirou da Convenção Americana de Direitos Humanos.

2014: Crise econômica piora devido, entre outros fatores, a queda global do preço do petróleo. Uma onda de protestos explode e governo responde de forma violenta através de suas forças armadas e de grupos civis armados pró-governo (colectivos). Governo corta gastos públicos em 20%.

2015: Governo concede mais poderes aos militares para "manterem a ordem pública" e a "paz social" em "eventos públicos e protestos". Repressão excessiva e prisão de opositores políticos. Governo lança Operação de Liberação e Proteção do Povo - OLP para combater o crime. Na prática, OLP serve como ferramenta de violência e repressão política. Após alegada infiltração de para-milares colombianos na Venezuela, em agosto de 2015, o governo decretou "Estado de Emergência" na fronteira com a Colômbia, que foi fechada por quase 1 ano e houve notícias de deportação arbitrária de 1700 colombianos.

2016: Suprema Corte da Venezuela declara atos e decisões da Assembleia Nacional sem validade legal. O Conselho Nacional Eleitoral (dominado pelo partido PSUV) suspendeu por prazo indeterminado um referendun convocada pela oposição para um "recall" do Presidente Maduro. Alto nível de inflação, pobreza se alastra. Protestos aumentam e observadores indicam que a repressão se assevera. Em maio de 2016, Governo decreta "Estado de Emergência" econômico o que fortalece controle da população. Militares assumem controle da distribuição de comida.

2017: Nível crítico de comida e medicamentos, há escassez de ambos. Em março de 2017, Suprema Corte da Venezuela assume poderes legislativos de forma abrangente, sem precedentes. Onda de protestos eclode. Novo "Estado de Emergência" decretado em maio de 2017. Resposta firme de forças armadas e colectivos deixa cerca de 120 pessoas mortas. Diversos relatórios apontam prisões arbitrárias, detenções, ataques e incursões em casas de pessoas mais pobres supostamente anti-governo. Em julho de 2017, Presidente Maduro decretou eleições para uma Assembleia Geral Constituinte com o fim de reformar a Constituição. A Assembleia formada por membros do PSUV efetivamente escanteou o papel da Assembleia Nacional liderada por partidos de oposição. Nas eleições para o governo e para as prefeituras, membros do PSUV conquistaram maioria dos votos, já que muitos partidos opositores se recusaram a participar das eleições. Governo reage aos protestos ordenando que as forças militares utilizassem todo seu poder de fogo através de uma resposta com "mano dura".

2018: Em março, Nações Unidas informou que mais de 1,5 milhão de pessoas deixaram o país. Em maio de 2018, em uma votação marcada pelo baixo comparecimento e não reconhecida pelo seu principal adversário, Maduro foi reeleito para um novo mandato de 6 anos. No mesmo mês, mais de 185.000 solicitações de refúgio de venezuelanos foram registradas. Durante o primeiro trimestre de 2018, os meios de comunicação locais relataram um grande número de crianças que morreram de desnutrição em alguns estados. Uma Pesquisa Nacional de hospitais em 2018 indicou que a maioria dos hospitais não dispunham mais de analgésicos comuns e, como a medicina paliativa era difícil de adquirir, os pacientes terminais estavam morrendo de dor. A escassez de medicamentos atingiu 88% e escassez de suprimentos cirúrgicos alcançou 79%. O Fundo Monetário Internacional previu uma taxa de 2.350% de inflação para 2018.

2019 - Últimos Acontecimentos - Agravamento da Crise Humanitária:

- **JANEIRO:** Em 10 de janeiro, Maduro é empossado como presidente. A União Europeia, os Estados Unidos e o Grupo Lima — formado por 14 países — não reconhecem a reeleição de Maduro, com exceção do México. Apenas os presidentes de Bolívia, Cuba, El Salvador e Nicarágua e delegados de outros países aliados, como China, Rússia e Turquia, participaram da posse. Em 23 de janeiro: Guaidó declara a liderança do Sr. Maduro ilegítima e reivindica a presidência. A Assembléia Nacional da Venezuela, liderada pela oposição, fez o juramento do deputado Juan

Guaidó como presidente interino do país. Desde que Guaidó se autoproclamou presidente interino, cerca de 65 países - incluindo os Estados Unidos e países da Europa Ocidental e a maior parte da América do Sul - deram seu apoio ao Interino. No entanto, países como China, Cuba e Rússia continuam apoiando Maduro e reconhecendo-o como o presidente legítimo do país. [1]

- **FEVEREIRO:** Em 23 de fevereiro, as fronteiras do país foram fechadas, afetando os meios de subsistência e o bem-estar da população dos estados do Amazonas, Apure, Bolívar, Táchira e Zulia. Muitas comunidades nestas áreas dependem tradicionalmente de emprego, comércio e serviços transfronteiriços, como suprimentos médicos e educação. O fechamento das fronteiras também forçou as pessoas a usar travessias informais, aumentando sua vulnerabilidade aos riscos de proteção. Países anunciam envio de ajuda humanitária pelas fronteiras do Brasil e Colômbia[2]. No dia 21 de fevereiro, Maduro ordena fechamento da fronteira com o Brasil para evitar que ajuda humanitária chegue no país [3]. Permanece o conflito entre a comunidade indígena Pemón e as Forças Armadas da Venezuela, no estado de Bolívar [4]. Estima-se que os venezuelanos estão perdendo em média 11kg de peso corporal por ano. A extrema pobreza continua se agravando no país [5]. Os serviços de saúde continuam negligenciados pelo governo, incluindo a falta completa de medicamentos e água[6]. A inflação na Venezuela chegou a 2.688.000% nos últimos 12 meses [7]. O governo tentou impedir uma onda de deserções de soldados do exército e ordenou que guardas da fronteira não deixassem que soldados saíssem sem permissão. Desde 2014, mais de 4.300 oficiais da guarda nacional desertaram [8]. Protestos permanecem ocorrendo e coletivos continuam presentes no país [9].
- **MARÇO:** Em 01 de março de 2019, os Estados Unidos impuseram novas sanções à Venezuela por recusar ajuda humanitária [10]. Em 7 de março, o país foi afetado por um blecaute nacional geral que durou cinco dias e foi seguido por cortes de energia prolongados durante o resto do mês. Isso paralisou a Venezuela e interrompeu os serviços públicos, como água, telecomunicações, pagamentos eletrônicos e sortimento de combustível. [11] Diversos serviços de internet foram restringidos na Venezuela. Os bloqueios de sites marcaram uma repentina escalada de censura imposta pelo Estado [12]. A economia está estagnada, assim como escolas e o comércio continuam fechados durante a maior parte do mês. O bolívar foi gradualmente substituído pelo peso colombiano, pelo real brasileiro e dólar americano[13].
- **ABRIL:** O Grupo de Lima cobra o Secretário-Geral da ONU, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança a tomarem medidas para impedir a deterioração progressiva da paz e segurança, e prestar assistência humanitária urgente à população da Venezuela [14]. Pesquisa apresentada por especialista em doenças infecciosas declarou que a crise política e econômica na Venezuela está causando o ressurgimento de doenças infecciosas, incluindo a malária e outras evitáveis apenas por vacinação [15]. Em 30 de abril, o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, anunciou que oficiais das Forças Armadas haviam se juntado ao seu chamado "dentro da estrutura da Constituição para a cessação definitiva da usurpação de Nicolás Maduro". Maduro, que descreveu o anúncio de 30 de abril como uma "tentativa de golpe de Estado", pediu à população que demonstre apoio a seu governo. [16]
- **MAIO:** Em 01 de maio de 2019, as autoridades venezuelanas responderam às manifestações de massa em apoio a Juan Guaidó, Presidente da Assembleia Nacional, que está desafiando o poder de Nicolás Maduro, com violência e generalizadas prisões, incluindo a violência direcionada contra jornalistas. A Amnistia Internacional confirmou que desde 30 de abril, pelo menos quatro pessoas morreram, mais de 200 ficaram feridas e 205 foram presas durante a repressão estatal de vários protestos que ocorreram em toda a Venezuela. Após 78 dias a fronteira entre Brasil e Colômbia é reabertura no dia 10 de maio por ordens de Maduro [17]. Juan Guaidó declarou estar em contato direto com as forças militares dos EUA, com o intuito de pressionar Maduro à renúncia ao poder [18].

3. VIOLÊNCIA GENERALIZADA

3.1. Considerações

3.2. A **violência generalizada** é traduzida como violência indiscriminada, que afeta muitas pessoas ou populações inteiras, e pode ser observada através:

- do número elevado de incidentes violentos, bem como o número de vítimas;
- da violência existente que causa sofrimento severo na população;
- a violência se manifesta nas formas mais atrozes, como massacres, tortura, mutilações, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, execuções sumárias, sequestros, desaparecimentos de pessoas e violações flagrante dos direitos humanos;
- os atos de violência é muitas vezes destinada a causar terror e criar uma situação tal que as pessoas não têm escolha senão fugir da área afetada;
- a violência pode emanar de agentes estatais e não-estatais, e quando emana da primeira, ou de outros que agem por instigação ou com o consentimento das autoridades do Estado, os perpetradores gozam de impunidade;
- a violência emana de agentes não-estatais e as autoridades não podem controlá-los eficazmente;
- o nível e o alcance da violência é tamanho que o funcionamento normal da sociedade fica gravemente prejudicado;

3.3. Direitos Humanos e Situação de Segurança

3.4. Com base na análise da situação geral dos direitos humanos na Venezuela, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, observou que, em 2016, as situações estruturais persistentes que afetam os direitos humanos dos venezuelanos se agravaram e levaram a uma grave crise política, social e econômica. Essas situações incluem o agravamento da situação de segurança do cidadão; o estado de emergência em vigor na Venezuela durante todo o ano; a falta de separação efetiva, independência e equilíbrio do poder do Estado; e a violação da liberdade de expressão, dos direitos políticos e do direito de todos os atores sociais de participar da vida pública, bem como a persistente falta de acesso efetivo à justiça independente e imparcial; e outras violações de direitos de grupos particularmente vulneráveis. Também foi observado que a Venezuela está enfrentando uma grave crise que afeta diretamente o acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais. Tudo isso, somado ao conflito político e à fraqueza institucional, afeta negativamente o Estado de Direito na Venezuela. [19]

3.5. De 1 de janeiro a 30 de abril de 2018, a ONG Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais (OVCS) registrou 3.341 protestos em todo o país, tanto em áreas urbanas quanto rurais. Esses protestos foram geralmente pequenos e espontâneos, apresentando baixos níveis de organização ou coordenação. De fato, em mais de 85% das manifestações registradas pela ONG até 2018, os manifestantes solicitavam melhorias nos direitos trabalhistas e no acesso a alimentos, medicamentos, assistência médica e outros serviços básicos, como eletricidade, água potável e gás doméstico. [20] Neste primeiro trimestre de 2019, a OVCS registrou 6.211 protestos, o equivalente a 69 manifestações diárias, representando um aumento de 157% em relação ao mesmo período do ano passado (2018) e 395% em relação a 2017. [21]

3.6. Testemunhos reunidos pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) revelaram que as famílias de pessoas mortas durante as manifestações enfrentaram uma série de obstáculos generalizados do seu direito à verdade, justiça e reparações, uma vez que o governo não exerce com diligência suas obrigações internacionais de conduzir investigações imparciais e independentes e punir perpetradores de crimes. [22] O relatório do ACNUDH de 2017 identificou mortes de 124 pessoas no contexto dos protestos. O ACNUDH encontrou evidências indicando que 46 manifestantes provavelmente foram mortos por membros das forças de segurança e que 27 teriam sido mortos por membros de coletivos armados. As informações disponíveis não permitiram que o ACNUDH indicasse a responsabilidade pelas mortes das outras 51 vítimas. [23]

3.7. Ainda, segundo a OVCS, os primeiros 90 dias de 2019 foi caracterizado pelo ressurgimento de protestos políticos, cerca de 2.820 ações de rua foram documentadas em defesa dos direitos políticos, equivalente a uma média de 31 protestos diários. O cidadão têm assumido uma participação ativa na defesa da democracia e exigindo o fim do governo Maduro, movimento que foi reativado desde 23 de janeiro, quando Juan Guaidó assumiu a presidência interina da República, ignorando o ato de juramento de Nicolás Maduro em 10 de janeiro de 2019, perante a Suprema Corte de Justiça (TSJ), em decorrência das eleições ocorridas em maio de 2018. [24]

3.8. A organização não governamental Human Rights Watch (HRW) criticou em maio de 2019, o regresso do general Gustavo González Lopez à chefia dos serviços secretos da Venezuela, alertando para “o risco de violentos abusos contra o povo venezuelano”. O general voltará a assumir a direção do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional, os serviços secretos do país. “Quando González López dirigiu pela última vez o Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano (SEBIN), os seus agentes fizeram prisões arbitrarias e abusos contra detidos, inclusive tortura”, denunciou o diretor para as Américas da Organização de Defesa dos Direitos Humanos, José Miguel Vivanco, de acordo com um comunicado. Declarou ainda que “relatórios de vários ativistas e meios de comunicação locais indicam que as forças de segurança e grupos armados pró-governo dispararam contra os manifestantes com balas à queima-roupa”, incluindo contra jornalistas [25]. De acordo com a BBC, em abril de 2019, foram registrados em Caracas fortes enfrentamentos entre forças de segurança e civis que responderam ao chamado de Juan Guaidó e Leopoldo Lopez. Apoiadores de Maduro também foram para as ruas. Foram registradas mobilizações em Carabobo, Zulia e Lara. Foram reportados o uso de objetos como coquetel molotov e pedras foram jogadas entre manifestantes e militares [26].

3.9. Em maio de 2019, foram registradas novas manifestações ao redor do país em apoio a Juan Guaidó, tendo sido amplamente reprimidas pelas forças de segurança do estado. Em publicação da Human Rights Watch, os protestos foram marcados por violência, detenções arbitrarias, incluindo violência contra jornalistas que cobriam os protestos e civis. Ainda, após anúncio de Guaidó sobre um levante militar e civil em 30 de abril de 2019, as autoridades retiraram dois canais de notícias internacionais da TV a cabo e fecharam uma importante emissora de rádio venezuelana. A organização não governamental Foro Penal reportou à Human Rights Watch que desde 30 de abril de 2019 até 03 de maio de 2019, pelo menos 240 pessoas, incluindo 17 crianças, foram detidas em Caracas e 13 pessoas em outros 23 Estados [27].

3.10. De acordo com o relatório da Human Rights Watch publicado em janeiro de 2019, nenhuma instituição governamental independente permaneceu na Venezuela para atuar como um controle do poder executivo. Uma série de medidas dos governos de Maduro e Chávez reuniu os tribunais com juízes que não têm pretensão de independência. O governo tem reprimido a dissidência por meio de repressões frequentemente violentas em protestos de rua, prendendo opositores e processando civis em tribunais militares. Também tirou o poder da legislatura liderada pela oposição. A escassez severa de remédios, suprimentos médicos e alimentos deixa muitos venezuelanos incapazes de alimentar suas famílias adequadamente ou de acessar cuidados essenciais de saúde. O êxodo maciço de venezuelanos que fogem da repressão e da escassez representa a maior crise migratória de seu tipo na história recente da América Latina. Outras preocupações persistentes incluem más condições carcerárias, impunidade por violações de direitos humanos e assédio por parte de funcionários do governo de defensores de direitos humanos e meios de comunicação independentes [28].

3.11. **Situação de Violência e Segurança Civil**

3.12. A Venezuela é o país com a maior taxa anual de homicídios da América Latina e do Caribe e uma das mais altas do mundo. Desde 2015, Caracas também é considerada a cidade com a maior taxa anual de homicídios do mundo.[29] Em 2016, 21% dos venezuelanos afirmaram terem sido vítimas de um crime, considerando que outros 68% das vítimas não reportaram o crime por não confiarem nas autoridades.[30]

Taxa de homicídio (por 100.000 mil habitantes):

País	2015	2016	2017
Venezuela[30.1]	90	91,8	89
Brasil	28,9[30.2]	29,7[30.3]	30,8[30.4]

3.13. Foram registradas mais de 2.379 execuções extrajudiciais em 2016, 70% a mais do que no ano anterior. Durante o primeiro semestre de 2017, observou-se o crescimento de 11%. A taxa de violência de gênero contra mulheres e a taxa de feminicídio também aumentou nos últimos anos.[31] Ao mesmo tempo, a ausência de dados oficiais, atualizados e consolidados e a existência de grandes discrepâncias entre os poucos dados oficiais que estão disponíveis.[32]

3.14. A CIDH destacou que o aumento da violência tem tido um impacto diferenciado em pessoas e grupos em maior situação de risco, de exclusão e discriminação histórica. Os homicídios são a primeira causa de morte entre adolescentes e jovens, principalmente em regiões populares. Segundo o Plano de Ação do Programa do País, submetido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Estado, para o período de 2015-2019, indicou que a taxa de homicídios de adolescentes é uma das mais altas da América Latina e afeta principalmente os adolescentes homens. Segundo a UNICEF, a Venezuela é um dos três países da América Latina com mais homicídios de crianças e adolescentes.[33]

3.15. Uma das medidas que têm afetado a situação de segurança da população na Venezuela é a prolongação de declarações de estados de exceção. Desde janeiro de 2016 até dezembro de 2017 foram emitidos 6 decretos e suas respectivas prorrogações, que declaram em “estado de exceção e emergência econômica” todo o território nacional. O estado de emergência foi inicialmente estabelecido como resposta ao contexto de protestos e aumento da violência, em parte agravada pela escassez de alimentos, medicamentos e a deterioração da infraestrutura, bem como a polarização e conflito político.[34]

3.16. O relatório de 2018 da Insight Crime ratificou que a taxa de homicídios é de 89 por 100.000 pessoas, e a chamou a atenção sobre o grau de infiltração do crime organizado nas instituições do Estado. A Venezuela também ficou em último lugar entre os 142 países pesquisados no relatório Global de Lei e Ordem Gallup, com apenas 17% dos entrevistados venezuelanos dizendo que se sentem seguros andando à noite, e apenas 24% confiam na polícia. [35]

3.17. De acordo com um estudo publicado no site G1, em 2018, há registro de 23.047 mortes violentas no país e calculou uma taxa de homicídios de 81,4 para cada 100 mil habitantes, e embora os dados mostram uma diminuição em relação a 2017, que registrou 26.616 mortes violentas, o estudo avalia que a redução se justifica em parte pela migração de venezuelanos que saem do país para escapar da recessão econômica, da grave hiperinflação e de uma aguda escassez de bens e alimentos. [36]

3.18. **Detenções Arbitrarias e Violações do Devido Processo Legal**

3.19. Estados têm obrigações positivas em relação às pessoas privados de liberdade, pois são particularmente vulneráveis por causa de seu status. Isso implica, inter alia, a obrigação de respeitar e proteger ativamente os seus direitos à vida e a integridade física.[37]

3.20. Desde o final de julho de 2017, o ACNUDH observou que as autoridades continuaram a usar detenções arbitrarias e ilegais como uma das principais ferramentas para intimidar e reprimir a oposição política ou qualquer pessoa percebida como uma ameaça ao governo por expressar discordância ou descontentamento, embora de uma maneira mais seletiva do que durante o período de protestos em massa.[38]

3.21. As forças de segurança, notadamente os serviços de inteligência, têm prendido indivíduos que estão em posição de mobilizar e organizar pessoas, ou são membros de certos grupos sociais. Eles incluem particularmente ativistas políticos e sociais, estudantes, defensores dos direitos humanos, trabalhadores da mídia e membros das forças armadas.[39]

3.22. Desde janeiro de 2014, o Foro Penal Venezuelano registrou pelo menos 12.500 detenções arbitrarias de opositores políticos ou pessoas consideradas opositoras ou ameaças ao governo. Os indivíduos poderiam ser percebidos como tal pelo mero exercício de seus direitos humanos, como ao participar de um protesto ou expressar publicamente sua discordância com o governo. Desses 12.500, cerca de 7.300 foram libertados sob a condição de que cumpram uma série de medidas que restringem as suas liberdades, tais como reportar regularmente a um tribunal, não deixar o país e/ou não discutir os seus casos publicamente. Eles ainda enfrentam longos julgamentos criminais, inclusive em alguns casos perante tribunais militares, violando a lei internacional de direitos humanos. Muitos estão vivendo com medo de serem novamente presos e alguns deixaram o país.[40] [41]

3.23. O ACNUDH observa com preocupação que o número de vítimas por detenção ilegal e arbitrária poderia ser muito maior, uma vez que muitos casos não são denunciados ou identificados, especialmente quando as pessoas privadas de liberdade não têm recursos para buscar apoio e/ou suas famílias não querem ou não sabem onde denunciar sua situação.[42]

3.24. Por fim, foram registradas notícias de civis sendo julgado em cortes militares.[43] A CIDH observa que os problemas estruturais se mantiveram e a raiz da crise política, social e econômica recente, aumentou significativamente as denúncias de abuso do uso da força por parte das forças de segurança em operações armadas de controle da população, assim como violações de direitos humanos por detenções arbitrarias e execuções extrajudiciais.[44]

3.25. O Instituto de Imprensa e Sociedade da Venezuela (IPYS) informou que houve 25 detenções arbitrárias de jornalistas nos primeiros nove meses de 2018, e que dois profissionais foram proibidos de deixar o país como punição por suas reportagens. Um escritor alemão foi detido em um centro de detenção militar em meados de novembro sob a acusação de espionagem e "violação de zonas de segurança", embora as autoridades não tenham fornecido nenhuma evidência para apoiar as acusações. [45]

3.26. Alguns usuários de mídias sociais foram presos em resposta a comentários postados, com pelo menos 17 pessoas detidas desde 2014 por opiniões expressas apenas no Twitter. Em maio de 2018, Pedro Jaimes Criollo, foi detido por twittar informações sobre a rota de voo do avião presidencial. O incidente foi considerado por muitos grupos de direitos humanos como um desaparecimento forçado, dado que depois de detido, seu paradeiro era desconhecido por mais de um mês. Ele teria sido torturado enquanto estava sob custódia do governo. [46]

3.27. **Tortura e Maus Tratos**

3.28. Conforme disposto nos Arts. 12 e 13 da Convenção contra a Tortura, os Estados tem a obrigação de assegurar que qualquer pessoa que alega ter sido submetida a tortura tem o direito de ter seu caso imediatamente examinado de forma imparcial pela autoridade competente. Autoridades judiciais e as vítimas devem ser protegidos contra qualquer forma de intimidação.

3.29. O ACNUDH continuou a receber relatos sobre pessoas privadas de liberdade e submetidas a formas de tratamento cruel, desumano ou degradante, que em muitos casos poderiam constituir tortura, antes, durante e depois da onda de protestos em massa de 2017. As forças de segurança, em particular os membros do Serviço de Inteligência Nacional Bolivariano (SEBIN), do Diretório Geral da Contra Inteligência Militar (DGCIM) e da Guarda Nacional Bolivariana (GNB), recorreram a essas medidas para intimidar e punir os detidos, bem como para extrair confissões e informações. Em alguns casos, os membros da família, em particular as mulheres, também foram submetidos a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes ao visitar seus parentes. [47]

3.30. Uma estudante universitária detida por mais de seis meses disse que, enquanto era interrogada por agentes da inteligência militar sobre suas relações com líderes da oposição, recebeu choques elétricos e foi espancada, sufocada com uma sacola plástica e encharcada em água fria. Um advogado explicou que, além de ter sido submetida a choques elétricos, inclusive em seus genitais, sua cliente havia sido despida pelos guardas, amarrada a um veículo e arrastada por um caminho de pedra a mais de cem metros. Um jornalista detido em um centro de detenção militar disse que ficou sem água por três dias como punição. Outras punições relatadas incluíam exercícios físicos forçados, o uso de pequenas celas de isolamento, confinamento solitário a longo prazo, a proibição de visitas familiares e o confisco de pertences pessoais dos detidos. [48]

3.31. As condições de detenção de pessoas privadas de liberdade, em todos os casos documentados pelo ACNUDH, não satisfaziam os padrões internacionais básicos para o tratamento humano dos detidos e, muitas vezes, constituíam em si tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A superlotação é nítida e as infraestruturas são insalubres e infestadas de ratos e insetos. Nem todos os detidos têm acesso à luz natural. Em muitos centros de detenção em todo o país, os detidos têm acesso limitado ao alimento e à água, incluindo água potável, que devem ser fornecidos por seus parentes. Um homem relatou ter bebido água do banheiro até que sua família pudesse lhe fornecer água engarrafada. Muitos presos perderam uma quantidade considerável de peso, pois alguns disseram que só recebiam uma pequena refeição por dia. Os detidos com famílias pobres ou privados de sua liberdade em centros localizados longe de seu lugar de origem são particularmente afetados. [49] A ONG Observatório Venezuelano de Prisões informou que a superlotação, principalmente devido a atrasos judiciais, ao uso excessivo de sentenças de encarceramento e à falta de novas infraestruturas, atingiu 161% em prisões e centros de detenção preventiva em todo o país em 2017. [50]

4. **AGRESSÃO ESTRANGEIRA**

4.1. **Considerações**

4.2. Agressão estrangeira ou uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro ou de qualquer outra forma incompatível com a Carta das Nações Unidas.

4.3. Embora a mídia tenha noticiado especulações em que o governo americano teria manifestado que todas as opções "estão à mesa", inclusive uma possível intervenção militar na Venezuela, não houve, até o momento, agressão estrangeira contra a soberania do Estado venezuelano. [51]

5. **CONFLITOS INTERNOS**

5.1. **Considerações**

5.2. São situações de violência armada que podem colocar em risco a vida, segurança e liberdade de civis que precisam de proteção internacional.

5.3. **Forças não estatais (Colectivos, Megabandas, etc)**

5.4. Os Colectivos, estão alegadamente envolvidos em violência política, são grupos organizados de civis armados, unidos por uma ideologia socialista radical. Segundo consta, um ou mais grupos estão presentes em até 150 paróquias (de 1.136) em todo o país, especialmente nas zonas urbanas da classe trabalhadora de Caracas. Segundo alegado pelo governo, os colectivos atuam de forma independente, ainda que tolerados pelo governo, no controle de território, perpetrando ações de limpeza social, criminalidade, extorsão, sequestro e roubo de carro e casas. Em 2016, há relato que colectivos se tornaram mais corruptos, promovendo atos de violência e intimidação contra oponentes. Além disso, colectivos supostamente atuam atacando manifestantes desarmados e em uma resposta pesada das forças de segurança do Estado e dos colectivos causou a morte de 120 protestantes. [52]

5.5. As Megabandas são grupos criminais armados que alegadamente se proliferaram na Venezuela. Esses grupos são dedicados à extorsão, sequestro e outras atividades criminosas e são liderados por prisioneiros influentes, que supostamente administram as prisões do país. Megabandas supostamente controlam áreas do território, muitas das quais coincidem com as "zonas de paz" do governo nas quais a entrada das forças de segurança era proibida sem negociação prévia. Megabandas são acusadas abertamente de atacar as forças de segurança e matar seus membros, embora nos últimos anos essas Megabandas tenham sido forçadas a se reagruparem após o assassinato de muitos de seus líderes originais. Em 2017, 67 grandes grupos de crime organizado violento operavam na Venezuela, incluindo 19 Megabandas. [53]

5.6. As forças de libertação bolivariana (FBL) são guerrilheiros pró-governo, atuam nos estados Border Apure, Barinas, Carabobo, Caracas, Cojedes, Mérida, Portuguesa, Táchira e Zulia, são financiados pelo sequestro e extorsão de proprietários de terra. O Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN) encontrou no país um terreno fértil, e pode desenvolver a sua expansão (capital territorial, financeiro e humano), sobretudo nos estados fronteiriços Apure, Amazonas, Bolívar, Táchira e Zulia. O ELN dedica-se à extorsão, microtráfico, narcotráfico e contrabando, com a cumplicidade do governo venezuelano. Da mesma forma, dissidentes das Forças armadas revolucionárias da Colômbia (FARC) encontrou na Venezuela uma fonte de financiamento, a atividade contrabando de ouro. O movimento armado colombiano Exército Popular de Libertação (EPL), também chamado Los Pelusos, está na Venezuela desde 2017, e desempenha um papel fundamental no tráfico de drogas ao longo da fronteira. [54]

6. **VIOLAÇÃO MACIÇA DOS DIREITOS HUMANOS**

6.1. **Considerações**

6.2. São violações que afetam de forma generalizada vários segmentos da sociedade, e são evidentes quando há negação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de forma grave e sistemática, e também podem ser observadas em situações de deslocamento forçado.

6.3. **Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

6.4. A Venezuela passou a ser considerada o país mais pobre da América Latina [55] e a quantidade de pessoas que vivem em pobreza ou extrema pobreza na Venezuela é de:

2014	2015	2016	2017 [56]
48%	73%	81.85%	87%

6.5. Diversos relatórios apontam que a corrupção é generalizada no país, sendo uma das causas da atual crise alimentar e de saúde.^[57] A deterioração da situação de direitos humanos e as alterações do Estado de Direito e do sistema democrático na Venezuela, se apresentam em um contexto de retrocessos e capacidade institucional debilitada para garantir níveis adequados de vida para a população. A existência de uma profunda crise econômica e social na Venezuela, caracterizada por um significativo aumento da pobreza e da extrema pobreza, assim como de enormes dificuldades de acesso a alimentos, medicamentos, serviços de saúde e moradia adequada para a população. Ao longo de 2017, a escassez crônica e o desabastecimento generalizado se acentuaram a níveis sem precedentes afetando a população em geral e especialmente a pessoas e grupos em situação de discriminação e exclusão históricas.^[58]

6.6. A pobreza constitui um problema de direitos humanos que se traduz em obstáculos para o gozo e exercício dos direitos humanos em condições de igualdade por parte dos indivíduos e grupos que vivem nesta situação. A CIDH expressa sua preocupação pelo agravamento da situação de pobreza e de extrema pobreza na Venezuela. A pobreza é considerada um fenômeno multidimensional que não só implica numa carência material, como também se caracteriza por vulnerabilidades múltiplas e interconectadas dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.^[59]

6.7. Segundo relatório da CEPAL, os dados de extrema pobreza da Venezuela relativo a 2018 não foram considerados, devido a falta de credibilidade nas informações do governo Maduro. ^[60]

6.8. **Direito à Alimentação**

6.9. O direito à alimentação adequada é realizado quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos ou em comunidade, têm acesso físico e econômico em todos os momentos à alimentação adequada ou a meios para sua aquisição. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ressaltou que o conteúdo básico do direito à alimentação adequada implica a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades dietéticas dos indivíduos e aceitáveis dentro de uma determinada cultura, bem como econômica e acessibilidade física. Além das obrigações de respeitar e proteger, os Estados também têm a obrigação de cumprir os direitos humanos, o que implica o dever de se engajar pró ativamente em atividades destinadas a fortalecer o acesso e a utilização de recursos e meios para assegurar sua subsistência, e o dever de fornecer o direito diretamente sempre que um indivíduo ou grupo não puder, por razões alheias à sua vontade, gozar do direito à alimentação adequada pelos meios à sua disposição.^[61]

6.10. A recessão econômica, a hiperinflação e a perda de poder aquisitivo, juntamente com o desmantelamento do sistema de produção de alimentos domésticos e a dependência das importações de alimentos, criaram um círculo vicioso que afeta o direito à alimentação para a maioria dos venezuelanos. Segundo especialistas entrevistados pelo ACNUDH, esta situação de crise foi causada por uma combinação de políticas econômicas e sociais implementadas pelo governo na última década, incluindo o controle estatal sobre os preços dos alimentos e as trocas de moeda estrangeira, a má gestão das terras cultiváveis confiscadas, o monopólio estatal insumos agrícolas, a militarização da distribuição de alimentos e a implementação de programas sociais sem objetivos nutricionais claros.^[62]

6.11. O artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece que:

1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medida apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.
2. Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:
 - a. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.
 - b. Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.

6.12. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ressaltou que o conteúdo básico do direito à alimentação adequada implica a disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer as necessidades dietéticas dos indivíduos e aceitáveis dentro de uma determinada cultura, bem como econômica e acessibilidade física. Além das obrigações de respeitar e proteger, os Estados também têm a obrigação de cumprir os direitos humanos, o que implica o dever de se engajar pró ativamente em atividades destinadas a fortalecer o acesso e a utilização de recursos e meios para assegurar sua subsistência, e o dever de fornecer o direito diretamente sempre que um indivíduo ou grupo não puder, por razões alheias à sua vontade, gozar do direito à alimentação adequada pelos meios à sua disposição.^[63]

6.13. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais indicou que “As violações do Convênio ocorrem quando um Estado falha em garantir a satisfação, no mínimo, do nível mínimo essencial necessário para estar livre da fome. Ao determinar quais ações ou omissões equivalem a uma violação do direito à alimentação, é importante distinguir a incapacidade da falta de vontade de um Estado-parte de cumprir. Se um Estado parte argumentar que as limitações de recursos impossibilitam o acesso a alimentos para aqueles que não são capazes, por si mesmos, de assegurar tal acesso, o Estado tem que demonstrar que todo esforço foi feito para usar todos os recursos à sua disposição em um esforço. satisfazer, como uma questão de prioridade, essas obrigações mínimas.”

6.14. No mesmo sentido, o Comitê expressou que: “Um Estado que alegue ser incapaz de cumprir sua obrigação por razões além de seu controle tem, portanto, o ônus de provar que é esse o caso e que buscou, sem sucesso, obter apoio internacional para garantir a disponibilidade e acessibilidade dos alimentos necessários”.^[64]

6.15. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Venezuela tem havido uma violação do direito à alimentação adequada porque, na opinião de especialistas, “esta situação de crise causada por uma combinação de políticas econômicas e sociais implementou o governo para a última década, incluindo o controle estatal sobre os preços de dois alimentos e as formas de moeda estrangeira, para uma administração mais limitada de safras confiscadas, ou monopólio estatal de insumos agrícolas, para a militarização da distribuição de alimentos e implementação de programas sociais e objetivos claros de nutrição”.^[65]

6.16. As políticas governamentais afetam quase todos os aspectos da cadeia alimentar. Com a expropriação e nacionalização de 2010 da Agroisleña, outrora o maior fornecedor agrícola privado, o Estado passou a controlar mais de 95% de todos os insumos agrícolas. A má gestão da referida empresa estatal, combinada com controles rígidos sobre o acesso a moedas estrangeiras para importar insumos agrícolas, causou uma drástica redução da produtividade agrícola. Por exemplo, entre 2013 e 2017, a produção de milho branco usada para preparar arepas (um alimento básico que acompanha cada refeição venezuelana) caiu 85%.^[66]

6.17. Durante uma década de altos preços do petróleo (2004-2014), o governo aumentou a dependência dos países em relação à importação de alimentos. Como resultado, em 2013, 65% da ingestão calórica necessária foi coberta pela importação de alimentos. Com a queda nos preços do petróleo e a redução da capacidade extrativa da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), as importações de alimentos caíram drasticamente, mas o governo não conseguiu reativar a produção de alimentos domésticos para preencher a lacuna.^[67]

6.18. De acordo com o ACNUDH, a escassez generalizada de alimentos combinada com alta demanda e os níveis de corrupção geraram um enorme mercado ilegal de vendas de itens alimentícios contrabandeados da Colômbia ou revendendo alimentos comprados em supermercados controlados pelo Estado ou por meio de programas sociais. Os preços neste mercado paralelo poderiam ser até 70 vezes mais altos que os preços regulados pelo Estado. De acordo com o Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida (ENCOVI) em 2017, 89% dos venezuelanos consideraram que sua renda não era suficiente para comprar a comida que precisavam.^[68]

6.19. Atualmente, as opções para os venezuelanos conseguirem alimentos é: fazer fila por longas horas para comprar comida a preços controlados pelo Estado, o que geralmente é oferecido esporadicamente e em quantidades limitadas; ser o beneficiário de um programa social; ou comprar produtos no supermercado ou no mercado paralelo (bachaqueros) a preços super inflacionados.[69]

6.20. Em outubro de 2017, o aumento mensal nos preços ao consumidor foi superior a 50%, sendo o limiar da inflação em relação aos alimentos foi ainda mais rápido. O venezuelano médio já não tem mais o poder de compra para arcar com o valor de uma cesta básica. Como resultado, o acesso a alimentos por famílias venezuelanas caiu acentuadamente. Além disso, os venezuelanos descobriram que era necessário cada vez mais tempo e recursos para obter alimentos em meio à crescente escassez, filas crescentes, hiperinflação e saques de lojas de alimentos, mesmo quando os militares foram colocados em supermercados e assumiram o controle da distribuição de alimentos.[70]

6.21. Segundo a pesquisa ENCOVI de 2017, 78% dos venezuelanos admitiram ter comido menos nos últimos três meses devido à escassez de alimentos. Em média, até o final de 2017, os venezuelanos consumiam apenas 75% de suas necessidades calóricas diárias, afetando particularmente o setor mais pobre da população.[71] Ainda, 93,3% das famílias têm renda insuficiente para cobrir suas necessidades alimentares, e 74,3% dos entrevistados relataram perda de peso descontrolada, em média, 8,7 kg em 2016.[72]

6.22. Em quatro meses entre abril e agosto de 2017, a desnutrição entre as crianças pesquisadas em quatro estados da Venezuela aumentou de 54% para 68%, enquanto os casos de desnutrição grave de crianças menores de cinco anos aumentaram de 10% para 14,5%. Essa mesma pesquisa constatou que 64% dos domicílios relataram ter perdido uma ou mais refeições por dia. A desnutrição grave entre as crianças entrevistadas dobrou de 8,7% em outubro de 2016 para 15,6% no final de 2017. Os hospitais públicos relataram centenas de mortes de crianças devido à desnutrição, enquanto os pais em famílias de baixa renda em particular supostamente passam dias sem comida para que seus filhos possam comer. Durante 2017, os relatos de saques de supermercados e mercearias, bem como outras estratégias prejudiciais de sobrevivência tornaram-se cada vez mais comuns.[73]

6.23. Com relação às crianças, a ENCOVI de 2017 estimou que 54% de meninas e meninos com menos de cinco anos em quatro estados da Venezuela estavam com déficit nutricional; 46% tinham menos de dois anos e 14% tinham menos de seis meses. Em agosto do mesmo ano essa cifra alcançou 68%, representado 14,5% de crianças afetadas apresentando um quadro de desnutrição aguda.[74]

6.24. As mulheres são consideradas como um dos grupos mais afetados pela crise de alimentos. De acordo com organizações, elas chegam a dedicar de 8h a 14h semanais em filas para adquirir produtos regulados pelo Estado, estando expostas durante esse tempo a condições de insegurança e violência.[75] Além disso, estavam carregando a maior parte da responsabilidade em encontrar comida. Por exemplo, as mulheres representavam a maioria das pessoas na fila para comprar alimentos a preços regulamentados. Também eram mais propensas a comer menos ou a pular refeições quando não havia comida suficiente para toda a família. A escassez de alimentos também provocou protestos espontâneos em quase todos os estados do país.[76]

6.25. Como mostrado no estudo da Caritas, as mulheres grávidas, os idosos e as crianças correm um risco especial de desnutrição. Segundo a organização, a subnutrição aguda em crianças com menos de cinco anos que a organização frequentou aumentou de 8,7% em outubro de 2016 para 16,8% em dezembro de 2017, acima do limiar de crise de 10% definido pela OMS. Durante o primeiro trimestre de 2018, os meios de comunicação locais relataram um grande número de crianças que morreram de desnutrição em alguns estados.[77]

6.26. Povos indígenas também são fortemente afetados pela insegurança alimentar. Outro aspecto do direito à alimentação que chamou atenção da CIDH é a situação alimentar das pessoas privadas de liberdade. De acordo com a informação obtida, em 2017, 86,52% dos 89 centros de detenção preventiva, localizados em nove estados, não possuíam um serviço de alimentação, o que impacta diretamente no exercício do direito à alimentação. A escassez de alimentos é generalizada no país, assim como os altos custos que dificultam que parentes de pessoas que estão detidas, possam levar alimento até eles.[78]

6.27. Particularmente nas áreas urbanas, o país está sofrendo uma escassez de água cada vez mais aguda. Combinado com a falta de produtos de higiene pessoal, a escassez de água resultou em surtos de doenças, incluindo sarna, malária, diarreia, amebíase, enquanto o armazenamento de água em residências aumentou a prevalência de mosquitos transmissores de dengue, zika e chikungunya. Ao mesmo tempo, uma contínua escassez de eletricidade é reportada como tendo resultado em blackouts diários persistentes em todo o país.[79] Alegadamente, o país ainda enfrenta uma escassez cada vez maior de gás e gasolina que afeta a capacidade dos venezuelanos de cozinhar e ir ao trabalho.[80] Escolas e universidades são regularmente fechadas devido à falta de recursos ou a necessidade de professores passarem dias procurando por comida.[81]

6.28. A distribuição de comida para pessoas de baixa-renda a um custo baixo é feita pelos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). O programa tem sido usado como ferramenta de propaganda política e controle social. No entanto, alegadamente o processo é controlado pelo Exército em coordenação com grupos locais pró-governo e requer que os destinatários aspirantes preencham um formulário que incluía uma pergunta sobre se eles pertencem ao PSUV.[82]

6.29. Há relatos de corrupção e discriminação no processo de distribuição do CLAP, com os benefícios do CLAP supostamente negados a indivíduos percebidos em oposição ao governo, bem como a áreas inteiras que são vistas como opostas ao governo. Há também preocupação quanto à obrigatoriedade de apresentação do novo “carnet de la pátria” eletrônico, que é necessário para acessar programas sociais do estado tais como os pacotes de alimentos subsidiados e distribuídos pelo CLAP e que na prática, servem como um mecanismo de controle político pelo governo.[83]

6.30. Apesar das garantias do governo de que a votação permanece confidencial, muitas pessoas acreditam que poderiam ser excluídas dos programas sociais se não votassem no partido governante. Durante os comícios de campanha, o presidente Maduro prometeu que as pessoas que votariam nele receberiam um presente especial através da “carnet de la pátria”. [84]

6.31. De acordo com relatório da Freedom House [85] publicado em fevereiro de 2019, corrobora-se a informação acima, indicando que “as autoridades exigiam cada vez mais que cidadãos usassem um cartão de identidade especial para acessar serviços sociais e alimentos subsidiados. O governo de Maduro pediu aos eleitores que exibissem esses cartões em estandes especiais perto das seções eleitorais, o que levou a uma percepção generalizada de que as autoridades estavam usando os cartões para monitorar os padrões de votação”, referindo-se ao carnet de la pátria. Indica-se ainda que segue aumentando o requerimento do carnet de la patria para acessar serviços e cestas de comida na Venezuela. Administração do governo Maduro solicita que as pessoas mostrem o carnet no momento da votação como indicação que são apoiadores do governo. Segundo a Freedom House, a Venezuela pontua 3/40 em garantia de direitos políticos aos cidadãos. Ainda de acordo com o mesmo relatório [86], “os venezuelanos sofreram um agravamento da crise financeira e humanitária, caracterizada pela escassez aguda de alimentos e remédios, hiperinflação historicamente alta e crime desenfreado. As Nações Unidas anunciaram em novembro que mais de 3 milhões de venezuelanos fugiram do país devido à crise”.

6.32. De acordo com uma publicação da Human Rights Watch de abril de 2019, embora o governo não divulgue dados estatísticos, evidências sugerem alto nível de desnutrição no país:[87.a]

6.33. 1. Em 2018, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) indicou que entre 2015 e 2017, 11,7 por cento da população da Venezuela – 3,7 milhões de pessoas – estava subnutrida, comparado a menos de 5% entre 2008 e 2013;

6.34. 2. Em fevereiro de 2019, um porta-voz da OMS confirmou que “a Venezuela havia de fato enfrentado um aumento no número de pessoas subnutridas”, com base em um relatório conjunto da FAO, da OPAS, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA);

6.35. 3. Uma pesquisa nacional representativa, conduzida por três universidades renomadas na Venezuela, concluiu que 80% das famílias venezuelanas enfrentam insegurança alimentar – indicando que não possuem uma fonte segura de alimentos – e que os participantes da pesquisa haviam perdido peso (em média 11 quilos) em 2017.

6.36. O mesmo relatório informou que 21% das mulheres grávidas de baixa renda tinham desnutrição aguda moderada ou grave. Diversos hospitais do país estão relatando aumento no número de crianças internadas com desnutrição aguda moderada ou grave, bem como mortes de crianças com desnutrição aguda.

6.37. **Direto à Saúde**

6.38. O direito à saúde é parte fundamental de nossos direitos humanos e de nossa compreensão de uma vida digna. O direito ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental não é novo. Internacionalmente, foi articulado pela primeira vez na Constituição de 1946 da Organização Mundial da Saúde (OMS), cujo preâmbulo define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. O preâmbulo afirma ainda que “o gozo do mais alto padrão atingível de saúde é um dos direitos fundamentais de todo ser humano sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social.”

6.39. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 também mencionou como parte do direito a um padrão de vida adequado (art. 25). O direito à saúde foi novamente reconhecida como um direito humano no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

6.40. Desde então, outros tratados internacionais de direitos humanos reconheceram ou referem-se ao direito à saúde ou a elementos dele, como o direito de cuidados médicos. O direito à saúde é relevante para todos os Estados a medida que todo Estado ratificou pelo menos um tratado internacional de direitos humanos que reconhece o direito à saúde.[\[87.b\]](#)

6.41. O artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece que:

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental.
2. As medidas que os Estados Partes do presente Pacto deverão adotar com o fim de assegurar o pleno exercício desse direito incluirão as medidas que se façam necessárias para assegurar:
 - a. A diminuição da mortalidade e da mortalidade infantil, bem como o desenvolvimento das crianças.
 - b. A melhoria de todos os aspectos de higiene do trabalho e do meio ambiente.
 - c. A prevenção e o tratamento das doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras, bem como a luta contra essas doenças.
 - d. A criação de condições que assegurem a todos assistência médica e serviços médicos em caso de enfermidade.

6.42. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais indicou que:

6.43. "O direito de saúde inclui o direito a um sistema de proteção da saúde que garanta a igualdade de oportunidade para as pessoas desfrutarem do mais alto nível de saúde possível. A noção do "mais alto padrão atingível de saúde" no artigo 12.1 leva em conta tanto as condições biológicas e socioeconômicas do indivíduo, como os recursos disponíveis do estado. O direito à saúde deve ser entendido como um direito ao gozo de uma variedade de instalações, bens, serviços e condições necessárias para a realização do mais alto padrão atingível de saúde.[\[88\]](#)

6.44. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ressaltou que:

6.45. Ao determinar quais ações ou omissões equivalem a uma violação do direito de saúde, é importante distinguir a incapacidade da falta de vontade de um Estado parte a cumprir o disposto no seu artigo 12º. Isto decorre do artigo 12.1, que fala do mais alto padrão atingível de saúde, bem como do artigo 2.1 do Pacto, que obriga cada Estado-Parte a tomar as medidas necessárias para o máximo de seus recursos disponíveis. Um Estado que não está disposto a usar o máximo de seus recursos disponíveis para a realização do direito à saúde viola seu artigo 12. Se as restrições de recursos impossibilitarem um Estado de cumprir plenamente o seu Pacto, tem o ônus de justificar que cada esforço foi feito para usar todos os recursos disponíveis à sua disposição para satisfazer, como questão de prioridade, o assunto descrito acima. Deve ser enfatizado, no entanto, que um Estado Parte não pode, sob nenhuma circunstância, justificar sua incumprimento do núcleo estabelecido no parágrafo 43 acima, que são não derogáveis.

6.46. As violações do direito à saúde podem ocorrer por meio da ação direta dos Estados ou outras entidades insuficientemente reguladas pelos Estados. A adoção de qualquer sistema retrógrado medidas incompatíveis com o núcleo do direito à saúde, delineado no parágrafo 43 acima, constituem uma violação do direito à saúde. Violações através atos de comissão incluem a revogação ou suspensão formal da legislação necessária para o gozo continuado do direito à saúde ou a adoção de legislação ou políticas que são manifestamente incompatíveis com as práticas nacionais ou internacionais pré-existentes.

6.47. As violações do direito à saúde também podem ocorrer pela omissão ou falha Estados a tomar as medidas necessárias decorrentes da legalidade. Violações através de atos de omissão incluem a incapacidade de tomar medidas adequadas para o pleno realização do direito de todos ao gozo do mais alto padrão alcançável de saúde física e mental, a falta de uma política nacional de segurança no trabalho saúde e serviços de saúde ocupacional, e a incapacidade de aplicar leis.[\[89\]](#)

6.48. Segundo médicos, diretores de hospitais, outros profissionais de saúde e defensores de direitos humanos entrevistados pelo el Alto Comissariado das Nações Unidas para os Derechos Humanos, a Venezuela “sofre uma dramática crise de saúde e um colapso no sistema de saúde venezuelano, que resultou em violações massivas do direito à saúde”.[\[90\]](#)

6.49. A situação em relação aos cuidados de saúde na Venezuela é relatada como particularmente grave, com observadores referindo-se às “piores condições de saúde [no país] desde o início do século XX.[\[91\]](#) Entre 2000 e 2012, a Venezuela teria reduzido os gastos no orçamento nacional de saúde em mais de 95%.[\[92\]](#) Os médicos supostamente estão deixando o país em números crescentes, 107 com cerca de 20% estimados como tendo saído nos últimos anos.[\[93\]](#)

6.50. Indicadores, como o aumento da mortalidade materna em 60% e mortalidade infantil em 30% de 2014 a 2016, a falta de acesso a tratamento adequado e regular para mais de 300.000 pacientes com doenças crônicas, ou o surto de malária e difteria (doenças que haviam sido erradicadas anteriormente), todas apontam para uma dramática deterioração do sistema de saúde.[\[94\]](#)

6.51. Em 2017, a OMS classificou a República Bolivariana da Venezuela como o país das Américas com o maior número de casos estimados de malária, 300.900 representando 34% do número total de casos estimados na região.[\[95\]](#)

6.52. Em 2014, devido à inflação e à importante dívida adquirida com empresas de suprimentos de saúde, a capacidade do governo de importar medicamentos e equipamentos de saúde foi reduzida em 60%. Como as importações do governo representavam 95% dos suprimentos de saúde necessários para administrar o sistema público de saúde, a redução na capacidade de importação provocou escassez sistemática de medicamentos e equipamentos médicos. Além disso, nos últimos anos, cerca de 37% dos enfermeiros emigraram para outros países da região, principalmente devido aos seus baixos salários e à falta de condições para fornecer serviços de saúde adequados.[\[96\]](#)

6.53. Em Pesquisa Nacional de hospitais em 2018 foi indicado que a maioria dos hospitais não dispunham mais de analgésicos comuns e, como a medicina paliativa era difícil de adquirir, os pacientes terminais estavam morrendo de dor. A Pesquisa Nacional também destacou que apenas 7% das unidades de emergência e 8,4% das salas de operação eram funcionais e que 70% das unidades de emergência e 76% das salas de operação relataram falhas intermitentes.[\[97\]](#)

6.54. **Falta de Medicamentos:**

	2016 [98]
Falta geral de medicamentos básicos	90%
Falta de medicamentos de alto custo	75%
Hospitais públicos com grave escassez de medicamentos básicos	76%
Medicamentos não disponíveis sequer em farmácias privadas	85%

	2017 [99]
Pessoas com HIV que não tiveram acesso a tratamento adequado	77%

	2018[100]
Escassez de medicamentos	88%
Escassez de suprimentos cirúrgicos	79%

6.55. O ACNUDH observou que as mulheres foram particularmente afetadas pela crise de saúde. Entre 2015 e 2016, registraram-se aumentos significativos nas taxas de mortalidade materna (até 65,8%) e infantil (30,1%), bem como de malária (até 76%). Em 2017, as farmácias relataram 90% de falta de métodos contraceptivos. Em 2015, o Ministério da Saúde forneceu acesso a métodos de planejamento familiar para apenas 2% de sua população-alvo. O acesso limitado a contraceptivos, incluindo pílula do dia seguinte, levou a um aumento das doenças sexualmente transmissíveis, bem como um aumento no número de abortos domésticos perigosos, devido ao fato de que o aborto é ilegal na Venezuela, exceto quando a vida da mãe está em risco. Durante o primeiro trimestre de 2018, pacientes e profissionais de saúde denunciaram a falta de medicamentos e tratamento e exigiram melhores condições de trabalho em 287 manifestações. [101]

6.56. Em alguns hospitais, reporta-se que membros de colectivos armados controlam os corredores, decidem quem pode entrar e sair e quais pacientes serão atendidos ou não. Os médicos que fizeram declarações públicas sobre a escassez de medicamentos e tratamento relataram ter sido ameaçados de demissão de seus postos. [102]

6.57. A CIDH obteve informações indicando que o acesso aos serviços de saúde está condicionado à posse de um documento que comprove o apoio ao governo oficial. De fato, de acordo com declarações públicas do Vice-Presidente da República Tareck El Aissami de 7 de setembro de 2017, para acessar gratuitamente o Plano Nacional de Vacinação – que tem 15.319 pontos de vacinação em todos os estados – é necessário o “cartão da pátria”. Assim, em posse deste documento as pessoas poderiam acessar serviços de saúde, sem a exigência de pré-requisitos. A CIDH condenou o uso de mecanismos de controle de cidadãos para acessar os serviços de saúde e nutrição, que são discriminatórios com base na opinião política do indivíduo. [103]

6.58. Ainda que o Governo tenha reconhecido algum nível de escassez de medicamentos, não reconheceu a existência de uma crise de saúde em curso, nem buscou cooperação internacional. Em maio de 2018, no entanto, o Ministério da Saúde aceitou o apoio da UNICEF, UNAIDS e da Organização Pan Americana da Saúde para planejar programas de vacinação e adquirir imunossuppressores e antiretrovirais.

6.59. Embora uma das principais obrigações do Estado relacionadas ao direito à saúde seja informar sobre os principais problemas de saúde, a ACNUDH descobriu que o Ministério da Saúde não tem divulgado informações essenciais para avaliar o sistema de saúde. A publicação semanal de boletins com essas informações esteve suspenso de julho de 2015 a maio de 2017. Em maio de 2017, depois da publicação de um boletim epidemiológico indicando, inter alia, um aumento acentuado na mortalidade materna e infantil, o Ministro da Saúde foi demitido. O último anuário sobre mortalidade foi publicado em 2013, o que impede a avaliação de mortes evitáveis desde o saque de saúde quebrou. [104]

6.60. A Human Rights Watch [105] em seu relatório publicado em 2018, indicou que a Venezuela é o único país de renda média no mundo onde muitas pessoas com HIV foram forçadas a descontinuar seu tratamento antirretroviral. Diversas organizações da sociedade civil denunciaram em dezembro de 2017 que as mortes por essa causa haviam aumentado 75% desde 2011 devido à escassez de medicamentos e à falta de atenção médica para tratar complicações associadas à AIDS e outras condições crônicas como câncer, hemofilia, transplantes, problemas cardiovasculares e desnutrição severa.

6.61. O Acesso à Justiça publicou em janeiro de 2019, que de acordo com o relatório de emergência humanitária do estado de Carabobo em dezembro de 2018 feito por várias ONGs regionais e nacionais, 97% dos hospitais no estado estão sem suprimentos, sendo grave sua infraestrutura [106].

6.62. Por fim, considerando ainda os impactos da crise no sistema de saúde, de acordo com publicação da Human Rights Watch, milhares de venezuelanos que cruzam a fronteira para o Brasil e para a Colômbia diariamente conseguem obter vacinas não disponibilizadas na Venezuela. O governo colombiano declarou ter disponibilizado em torno de 500 mil doses de vacinas entre agosto de 2017 e agosto de 2018. Ainda, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, o país voltou a experimentar surtos de doenças que haviam sido previamente eliminadas no país, como por exemplo, desde junho de 2017, mais de 7.300 casos de sarampo foram reportados na Venezuela, incluindo a confirmação de 5.500 casos e a morte de 64 pessoas até setembro de 2018. Entre 2008 e 2015 não haviam casos de pessoas com sarampo reportados no país. Entre julho de 2016 e setembro de 2018 mais de 2.000 casos com suspeita de difteria também foram reportados, 1.200 foram confirmados e mais de 200 pessoas morreram. Entre 2006 e 2015 nenhum caso de difteria foram confirmados no país. No mesmo sentido, o país enfrenta uma crise endêmica de malária em nove Estados, em 2009 haviam em torno de 36,000 casos, enquanto que em 2017 foram reportados mais de 406,000 casos [107].

6.63. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) relatou que: [108]

1. Entre 2008 e 2015, apenas 1 caso de sarampo foi registrado em 2012. Por outro lado, desde junho de 2017, mais de 6200 casos foram confirmados.
2. O país não teve nenhum caso de difteria entre 2006 e 2015, mas desde julho de 2016, mais de 2500 casos suspeitos foram notificados, e destes mais de 1500 casos confirmados.

6.64. A Organização Mundial da Saúde (OMS) relatou que casos confirmados de malária têm aumentado consistentemente nos últimos anos, de menos de 36.000 em 2009 para mais de 414.000 em 2017. Um documento oficial, em coautoria com o Ministério da Saúde da Venezuela, mostra que atualmente a malária é endêmica no país. Especialistas atribuem a situação a reduções no controle de mosquitos, escassez de medicamentos, e atividades ilegais de mineração, as quais criam reservatórios de água, causando a proliferação de mosquitos.

6.65. O número de casos notificados de tuberculose na Venezuela aumentou de 6.000 em 2014 para 7.800 em 2016, e relatórios preliminares indicam que houve mais de 13.000 casos em 2017. A taxa de incidência da doença aumentou constantemente desde 2014, chegando a 42 por 100.000 em 2017. Ademais, há um grande número de pessoas com o HIV, forçados a interromper o tratamento devido à falta de medicamentos. Um relatório da OPAS de 2018, estimou que de 9 em cada 10 venezuelanos com o HIV (69.308 de 79.467 pessoas, ou 87 %) não estavam recebendo tratamento adequado. [109]

6.66. **Direito à Educação**

6.67. No que diz respeito à educação, para a CIDH a crise alimentar na Venezuela tem causado um impacto negativo no direito à educação, afetando principalmente meninas e meninos. Apesar do Sistema de Alimentação Escolar do Ministério do Poder Popular para a Educação beneficiar aproximadamente 15.329 locais de educação e atender a mais de 3.745.773 estudantes, a sociedade civil tem questionado estas cifras, uma vez que a comida não está chegando até as escolas, em especial até escolas da zona rural. A falta dos alunos às aulas também está associada à redução do fornecimento de alimentos em quantidade, variedade e qualidade. [110]

6.68. De acordo com a ENCOVI de 2016, 65% de meninas e meninos faltam as aulas por problemas relacionados ao serviço de água (30%), apagões (22%), greves (15%), transporte (9%), falta de comida nas escolas (10%) ou por problemas de saúde (4%). [111]

6.69. Segundo a CIDH, as violações massivas de direitos humanos, bem como a grave crise que a Venezuela vem enfrentando como resultado da escassez de alimentos e remédios, levaram ao crescimento exponencial de centenas de milhares de pessoas venezuelanas que foram forçadas a migrar para outros países da região nos últimos anos como uma estratégia de sobrevivência que permite a eles e suas famílias preservar direitos como a vida, integridade pessoal, liberdade pessoal, saúde e alimentação, entre outros. [112]

6.70. **Fluxo Migratório (Deslocamento Forçado)**

6.71. O crescente número de venezuelanos que saem do seu país é o reflexo mais contundente da deterioração dos direitos humanos e da situação socioeconômica na República Bolivariana da Venezuela. Em março de 2018, o ACNUR informou que, com base nas informações fornecidas pelos países receptores, mais de 1,5 milhão de pessoas deixaram o país e as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apresentadas em 18 países aumentaram em 2.000% desde 2014. Em maio de 2018, mais de 185.000 solicitações de refúgio de venezuelanos foram registradas. Segundo a Comissão das Nações Unidas para a Infância, os principais motivos apresentados pelos venezuelanos são: ameaças específicas de grupos armados; medo de ser alvo de suas

opiniões políticas; ameaças e extorsão; alta taxa de criminalidade; violência doméstica; insegurança alimentar; bem como falta de acesso a cuidados de saúde adequados, medicamentos e serviços básicos. [113]

6.72. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) considera que as violações massivas de direitos humanos, bem como a grave crise que a Venezuela vem enfrentando como resultado da escassez de alimentos e remédios, levaram ao crescimento exponencial de centenas de milhares de pessoas venezuelanas que foram forçadas migrar para outros países da região nos últimos anos como uma estratégia de sobrevivência que permite a eles e suas famílias preservar direitos como a vida, integridade pessoal, liberdade pessoal, saúde e alimentação, entre outros.

6.73. A CIDH observa que grande número de venezuelanos foi forçado a fugir da Venezuela como resultado de violações dos direitos humanos, violência e insegurança e perseguição com base em sua opinião política; bem como fugir dos efeitos da crise gerada pela escassez de alimentos, remédios e tratamento médico e a dificuldade de arrecadação de pensões, entre outros. O impacto da grave crise alimentar e de saúde afetou particularmente grupos em situações de exclusão e discriminação histórica, como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, povos indígenas e afrodescendentes, pessoas com deficiências e incapacitados, e pessoas que vivem na pobreza.

6.74. Ao mesmo tempo, a CIDH observa que, no contexto da crise de migração forçada enfrentada pelo povo venezuelano, existem lacunas na proteção para o gozo efetivo dos direitos humanos. Entre eles, a CIDH se preocupa com práticas como rejeições na fronteira, expulsões coletivas ou deportações; a dificuldade que muitos venezuelanos enfrentam para obter passaportes ou outros documentos oficiais exigidos por alguns Estados para regularizar seu status ou entrar em seus territórios, bem como para pagar os custos dos pedidos de visto; e igualdade de acesso aos direitos nos países de destino.

6.75. Entre os muitos desafios que os venezuelanos enfrentam quando migram, a CIDH também destaca os obstáculos à obtenção de proteção internacional, discriminação, ameaças à vida e integridade pessoal, violência sexual e de gênero, abuso e exploração, tráfico de seres humanos, desaparecimento de migrantes e refugiados, descoberta de sepulturas clandestinas em áreas fronteiriças e ao longo de rotas migratórias com restos mortais presumidos de venezuelanos, e a falta de documentos de identidade, bem como obstáculos no acesso a assistência humanitária, particularmente acesso a moradia, saúde, alimentação, educação e outros serviços básicos. A CIDH também recebeu informações sobre casos de estrangeiros que adquiriram a nacionalidade venezuelana e depois foram arbitrariamente privados dela, bem como o risco de apatridia dos filhos de venezuelanos que entraram irregularmente em outros países. [114]

6.76. As Nações Unidas estimam que em dezembro de 2018 cerca de 5.500 venezuelanos deixavam o país todos os dias devido ao desemprego, escassez de alimentos e a violência. Além disso, as oportunidades de emprego estão escassas e os salários não acompanham a hiperinflação. [115]

6.77. Segundo reportagem da BBC, a Organização dos Estados Americanos (OEA) informou que atualmente os venezuelanos são a segunda população com mais refugiados no mundo, atrás apenas da Síria. A grande maioria tem se deslocado para a Colômbia (cerca de 1,2 milhão) e outros países de língua espanhola da América do Sul, como Peru (700 mil) e Chile (265,8 mil). Até o final de 2019, a previsão da OEA é de que haja entre 5,3 milhões e 5,7 milhões de imigrantes venezuelanos pelo mundo. [116]

7. OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE TENHAM PERTURBADO GRAVEMENTE A ORDEM PÚBLICA

7.1. Considerações

7.2. O Estado deve prover condições para garantir o funcionamento harmônico e normal das instituições com base em um sistema coerente de valores e princípios. Podemos destacar alguns exemplos de desarmonia institucional como: instabilidade institucional, supressão da liberdade de expressão, de associação etc.

7.3. Instituições Políticas

7.4. A CIDH apontou interferência na Assembléia Nacional, após decisões proferidas pelo Supremo Tribunal de Justiça (TSJ), afetando o princípio da separação de poderes. Esta situação piorou em 2017 com uma alteração constitucional após as Sentenças nº 155 e 156 emitidas pelo Supremo Tribunal em 28 e 29 de março, que concedeu ao Poder Executivo amplos poderes discricionários, medidas constituíam uma usurpação das funções do Poder Legislativo por parte dos Poderes Judiciário e Executivo. A alteração constitucional foi possível devido a baixa institucionalidade democrática. [116]

7.5. A CIDH adverte que altos níveis de corrupção permeiam as instituições do Estado, e é necessário assegurar que as denúncias sejam investigadas de forma imparcial, sem influência ou discriminação, independentemente das posições ocupadas pelos investigados. É também necessário adotar medidas preventivas, considerando os princípios da publicidade, transparência e responsabilidade pública. Os problemas referente às instituições democráticas resultaram num contexto de impunidade que impactou no exercício dos direitos humanos fundamentais para a democracia, como o usufruto dos direitos políticos, cujo exercício foi severamente restrito através da suspensão do processo de referendo revogatório ao Presidente do República, a suspensão prolongada das eleições municipais, e principalmente sobre questões envolvendo fraude nas eleições regionais de 15 de outubro de 2017. O CIDH destaca sérias represálias contra opositores, como constatado nas prisões de prefeitos, governadores, deputados, e reitera que é preciso garantir o pleno exercício dos direitos políticos na Venezuela, independentemente do posicionamento política e ideológico. [117]

7.6. Ademais, destacamos a emissão de decretos que declararam o “estado de exceção e emergência econômica” em todo o território nacional, agravado pela escassez de alimentos, medicamentos e a deterioração da infraestrutura, bem como a polarização e conflito político. [119]

7.7. Forças do Estado

7.8. Segundo reportado, os corpos policiais e para-policiais da Venezuela, estão envolvidos em corrupção e violações de direitos humanos generalizadas, incluindo perseguição de perfis específicos de pessoas, como manifestantes e atores políticos da oposição, o que leva a prisão arbitrária, a detenção, bem como a ataques violentos. Essas forças têm sido ineficazes em conter os crescentes níveis de violência na Venezuela, apesar da criação em 2014 pelo Presidente Maduro de uma Brigada Especial Brigada Especial para Combater as Atividades dos Grupos Geradores de Violência - BEGV. Como resultado de uma política de segurança cada vez mais militarizada, as forças policiais são responsáveis por um aumento acentuado no número de mortes durante as operações, incluindo crianças. Os grupos de "patriotas cooperantes" supostamente servem como informantes da polícia. [120]

7.9. O Serviço Bolivariano de Inteligência (SEBIN) é a polícia especializada em serviço de inteligência, considerado como o espião do PSUV, supostamente responsável por buscas irregulares, investigações e detenções de manifestantes e atores políticos da oposição; indiciamento criminal das pessoas; abuso de poder, tortura e execuções. [121] Em março de 2015, o piloto de aviação civil Rodolfo Pedro Gonzáles Martínez, considerado inimigo político de Maduro, morreu em uma cela no SEBIN, horas antes de ser transferido a uma prisão de segurança máxima, em um suposto suicídio. Em outubro de 2018, o vereador Fernando Albán acusado de ligação com a explosão de dois drones durante um ato militar com a presença do presidente Nicolás Maduro morreu em uma das sedes do SEBIN em Caracas, também em um suposto suicídio. [122]

7.10. A implementação das **Operações de Libertação do Povo (OLPs)** iniciou-se em 13 de julho de 2015. Segundo fontes, as OLPs geralmente exibem um enorme poder, incluindo o uso de veículos blindados, tanques, drones, armas pesadas e o emprego de uma média de 500 membros da polícia e das forças armadas em cada operação. Usando táticas militares, as OLPs tomaram conta de bairros inteiros por várias horas, durante as quais vários ataques domiciliares foram conduzidos para prender supostos criminosos e apreender supostas drogas e armas. Essas operações não foram acompanhadas por membros da Defensoria Pública da União e os relatos das vítimas apontam para o fato de que as forças de segurança normalmente não eram identificadas e usavam colete a prova de balas e capacetes. Portanto, a falta de responsabilização também caracteriza as OLPs, a medida que há relatos de assassinatos extrajudiciais, invasão de casas sem mandato extrajudicial, disparos de arma de fogo sem justificativa, dentre outros abusos, nessas operações. Até agora, o governo não divulgou qualquer documento oficial explicando o lógica e os objetivos das OLPs. No entanto, as autoridades de alto nível fizeram declarações públicas e libera, mensagens de vídeo de propaganda destacando que os OLPs procuraram "libertar" áreas onde grupos criminosos e alegados paramilitares operaram contra a população através de extorsão e sequestros. [123]

7.11. A **Força Armada Nacional Bolivariana (FANB)** está envolvida na manutenção da ordem pública. Segundo relatórios, BEG envolvida em abusos sistemáticos de direitos humanos, incluindo o uso excessivo da força, homicídios ilegais, prisões e detenções arbitrárias, tortura e maus-tratos, expulsões forçadas e a destruição de casas, deportações arbitrárias, particularmente durante as OLP e em resposta a protestos públicos. Alegadamente transferiu controle

de território de grupos criminais independentes para colectivos pró governo, que aumentaram números de sequestro e extorsão, e contra ela alegadamente existem denúncias de corrupção. [124]

7.12. As **Milícias Bolivarianas** são compostas pelo **Exército Nacional da Venezuela (Milícia Nacional da Venezuela)** e pela **Milícia dos Trabalhadores Bolivarianos**. Em fevereiro de 2017, o governo do PSUV anunciou a implantação em bairros, fábricas e universidades de 130 mil forças de ação rápida e especial dentro das milícias bolivarianas para trabalharem em união com o FANB. Em abril de 2017, o governo anunciou que expandiria as milícias bolivarianas para 500.000 membros e garantiria que cada membro estivesse armado. Particularmente desde o início das OLPs, tem havido inúmeros relatos das forças de segurança e coletivos do Estado deslocando de maneira forçada e arbitrária as pessoas de suas casas em bairros pobres. [125]

7.13. Os protestos antigovernamentais generalizados em 2017 deram lugar a confrontos violentos com as forças de segurança, levando a mais de 1.900 feridos e 136 mortes, dos quais pelo menos 102 foram mortos diretamente pelas forças de segurança ou por colectivos, afiliados pelo Estado. [126]

7.14. De acordo com jornalistas investigativos, 147 indivíduos com menos de 20 anos foram mortos na área metropolitana de Caracas entre janeiro e agosto de 2018. Dessas mortes, 65 foram cometidas pela polícia. A FAES, uma unidade especializada do CICPC, criada pelo presidente Maduro em 2017 para aniquilar "gangues terroristas" que participam de protestos, foi uma das mais mortíferas. Entre maio e novembro de 2017, a FAES cometeu 31% dos homicídios das forças de segurança. [127]

7.15. Algumas fontes do governo e de ONGs estimam que pelo menos 125 pessoas foram mortas em protestos de abril a julho de 2017. O Ministério Público informou que 65% foram vítimas de repressão do governo. A ONG Foro Penal classificou este número em 75%, sendo os colectivos responsáveis por metade das mortes, e o restante dividido entre as forças da PNB (Polícia Nacional Bolivariana) e da GNB (Guarda Nacional Bolivariana). A ONG do Programa Venezuelano de Ação e Educação em Direitos Humanos (PROVEA) estimou que 83% das vítimas morreram de ferimentos por armas de fogo. [128]

7.16. **Capacidade de Proteção do Estado**

7.17. A politização pelo PSUV dos poderes legislativo e judiciário do governo, assim como da polícia, dos órgãos militares e eleitorais, significa que não existem instituições estatais independentes que sejam capazes de manter o exercício do poder executivo em conta. [129]

7.18. As forças de segurança do Estado estão sob o controle político do poder executivo. Prisões e detenções arbitrárias, tortura e maus-tratos, homicídios ilegais, sequestros, ameaças, assédio e outras violações graves e generalizadas dos direitos humanos pelos serviços de segurança do Estado, colectivos e outros organismos e indivíduos pró-governamentais, incluindo no contexto das OLPs, teriam sido levados a cabo impunemente e sem que as vítimas recorressem a uma investigação adequada por parte do governo destes crimes. [130]

7.19. Além disso, é relatado que o governo exerce extensa influência sobre o judiciário e usa o judiciário em todos os níveis de forma sistemática para fins políticos, para minar a ação do legislativo e para intimidar e processar os críticos seletivamente. Segundo relatos, o judiciário não atua como um ramo independente e o governo geralmente não permite que os juízes ajam de acordo com a lei sem medo de retaliação. [131]

7.20. De acordo com relatório da Human Rights Watch em janeiro de 2019, desde que o ex-presidente Hugo Chávez e seus partidários na Assembleia Nacional realizaram uma tomada de controle político do Supremo Tribunal em 2004, o judiciário deixou de funcionar como um ramo independente do governo. Os membros do Supremo Tribunal rejeitaram abertamente o princípio da separação de poderes e prometeram publicamente o seu compromisso em fazer avançar a agenda política do governo. O tribunal tem consistentemente mantido políticas e práticas abusivas [132].

7.21. Por fim, segundo informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o Estado é identificado como o principal agente de perseguição no contexto venezuelano, o qual por meio de suas forças armadas e com o apoio de grupos paramilitares mantém controle sobre a população dissidente. Dentre as principais instituições se destacam: a Guarda Nacional Bolivariana, a Polícia Nacional Bolivariana, o Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional, o Exército e grupos armados como a milícia bolivariana ou colectivos [133].

7.22. **Transparência de Governo**

7.23. No que diz respeito à política de transparência do governo, o relatório apontou que as instituições do Estado permanecem sem transparência e controlando de perto questões públicas-chave. O governo não divulgou indicadores essenciais para avaliar a situação dos direitos humanos, como a taxa de homicídios, a prevalência da desnutrição infantil, a disponibilidade de alimentos, e taxas de mortalidade materna, bem como informações sobre o desempenho da economia. A informação pública disponível em sites do governo é considerada extremamente restrita. O Gabinete do Procurador Geral deixou de divulgar informações sobre os progressos nas investigações de violações dos direitos humanos. O Índice do Orçamento Aberto de 2017 classificou a Venezuela na 98ª posição entre os 102 países, atribuindo um valor zero, refletindo que o público não havia recebido nenhuma informação sobre orçamento. [134]

7.24. Durante vários anos, o Relator Especial para Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, acompanhou com preocupação a situação do direito de acesso à informação na Venezuela. Ao contrário da grande maioria dos países da região, a Venezuela não possui uma lei de acesso à informação pública e, na última década, a Assembleia Nacional e o Poder Executivo emitiram dezenas de regras estabelecendo amplas e ambíguas exceções ao acesso à informação pública. Além disso, os recursos judiciais e administrativos que podem ser utilizados para fins de acesso a essas informações têm se mostrado repetidamente ineficazes para esse fim. [135]

7.25. A lei de imprensa e mídia prevê que reportagens imprecisas que perturbam a paz pública sejam punidas com penas de prisão de dois a cinco anos. A exigência de que a mídia divulgue apenas informações "verdadeiras" era indefinida e aberta a interpretações politicamente motivadas. A ONG de Direitos Humanos, Espacio Público, contabilizou 92 atos de censura entre janeiro e junho, além de 73 ataques a jornalistas e repórteres. Enquanto isso, o sindicato dos jornalistas locais (SNTP) contabilizou 26 "fechamentos, sanções e bloqueios" de pontos de venda e 87 ataques a jornalistas durante o mesmo período. [136]

7.26. Há pouca transparência em relação aos gastos do governo, que tem falhado consistentemente em publicar dados econômicos, incluindo estatísticas mensais de inflação. Em 2017, o presidente Maduro demitiu o ministro da Saúde depois que o ministério publicou dados sobre o aumento da mortalidade. [137]

7.27. **Liberdade de Expressão**

7.28. Em agosto de 2018 a polícia interrompeu uma marcha pacífica composta por profissionais de saúde (400 médicos e enfermeiros), bem como trabalhadores de transportes e proprietários de mercearias, que protestaram contra a escassez de alimentos e remédios e criticaram as políticas do governo. [138]

7.29. A Amnistia Internacional (AI) confirmou, que pelo menos quatro pessoas morreram, mais de 200 ficaram feridas e 205 foram presas durante a repressão estatal de vários protestos que ocorreram em toda a Venezuela desde 30 de abril. A AI tem documentado graves violações dos direitos humanos e crimes de direito internacional que estão acontecendo na Venezuela desde o agravamento da crise, em janeiro de 2019. A organização tem documentado execuções extrajudiciais, uso ilegal da força letal, prisões arbitrárias em massa e maus-tratos contra pessoas que expressam sua opinião contra o governo de Maduro. [139]

7.30. Em 30 de abril, vários ativistas e jornalistas venezuelanos à Human Rights Watch e através de meios de comunicação que as forças de segurança dispararam chumbo grosso à queima-roupa contra os manifestantes em alguns casos. Imagens que circularam amplamente nas redes sociais e foram confirmadas por jornalistas locais mostram um veículo blindado da Guarda Nacional Bolivariana atropelando manifestantes. No mesmo dia, algumas prestigiadas organizações que prezam pela liberdade de expressão, tais como Espaço Público, a União Nacional de Trabalhadores da Imprensa e IPYS Venezuela, denunciaram ameaças de morte e ataques contra jornalistas que cobriam as manifestações. [140]

7.31. Segundo a CIDH, o número de pessoas mortas e detidas em protestos é inaceitável, a maioria dessas prisões foram feitas sem flagrante delito, foram presas porque estavam manifestando publicamente ou somente pelo fato da identificação com a oposição, mesmo mo sem ter participado das passeatas. Pessoas presas foram submetidas a atos de tortura, violência sexual e tratamento humilhante. O Estado não garantiu o devido processo legal, bem como não realizou investigações sérias para determinar responsabilidades por atos de violência. Há sérias restrições ao direito à liberdade de expressão, que incluem censura e fechamento de meios de comunicação, ataques a jornalistas, e criminalização daqueles que expressam opiniões políticas contrárias ao governo. [141]

7.32. Comunidade Internacional

7.33. Mediante a avaliação da situação dos direitos humanos na Venezuela, a CIDH decidiu, em 2016, incluir a Venezuela em seu Capítulo 1, em conformidade com o artigo 59, parágrafo 6 (a) (i) do Regulamento da CIDH, que estabelece que, para Estados-Membros serem incluídos neste capítulo, deve haver: uma grave violação dos requisitos fundamentais e das instituições da democracia representativa mencionadas na Carta Democrática Interamericana, que são meios essenciais para alcançar os direitos humanos, incluindo: i. há acesso discriminatório ou exercício abusivo de poder que mina ou nega o estado de direito, como a violação sistemática da independência do judiciário ou a falta de subordinação das instituições do Estado à autoridade civil legalmente constituída [...]. A Comissão também decidiu incluir a Venezuela neste capítulo, de acordo com a seção 6 (d) (iii) do artigo 59, por ter identificado a persistência da "presença de outras situações estruturais que afetam seriamente o uso e o gozo dos direitos fundamentais, direitos reconhecidos na Declaração Americana [...]", tais como graves falhas no cumprimento das decisões da Comissão e decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, emitidos quando a Venezuela estava sob sua jurisdição e era um Estado Parte Convenção Americana sobre Direitos Humanos. [142]

7.34. Após a notícia de instauração de uma Assembleia Geral Constituinte com o fim de reformar a Constituição da Venezuela, chanceleres dos países fundadores do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) emitiram uma nota¹¹² em 05 de agosto de 2017 suspendendo por prazo indeterminado a Venezuela do Mercosul, uma vez constatada a ruptura da ordem democrática na Venezuela. O Alto Representante da União Europeia e o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) também expressaram preocupações sobre os direitos humanos e a situação humanitária no país. [143]

7.35. No dia 08 de agosto de 2017, representantes da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai e Peru emitiram a Declaração de Lima, condenando a ruptura da ordem democrática na Venezuela, e afirmaram não reconhecer a Assembleia Nacional Constituinte da Venezuela, nem os atos emanados dela. [144]

7.36. Apesar dos desafios relacionados à alimentação e saúde na Venezuela, o governo rejeitou ofertas de ajuda alimentar e assistência médica da comunidade internacional [145]. Em fevereiro de 2018, o governo venezuelano recusou ajuda humanitária que incluía o envio de medicamentos do governo do Brasil. [146]

7.37. Até julho de 2017, o Canadá, a União Europeia, o Panamá, a Suíça e os Estados Unidos já haviam imposto sanções contra 91 autoridades venezuelanas e figuras proeminentes, inclusive proibições de viagem e congelamento de bens. Em alguns casos, as sanções foram impostas com base na suposta responsabilidade de dos indivíduos por graves violações de direitos humanos. A União Europeia e as sanções suíças também incluíram um embargo a armas e material que poderia ser usado para a repressão [147]

7.38. Em 21 de março de 2018, o Corpo Governante da Organização Internacional do Trabalho decidiu nomear uma comissão de inquérito para examinar alegações de que o governo venezuelano não cumpriu as Convenções sobre liberdade de associação, consulta tripartite e fixação de salários mínimos. [148]

7.39. Em setembro de 2018, o Conselho de Segurança da ONU realizou uma reunião informal "Fórmula Arria" sobre corrupção na Venezuela e líderes mundiais liderados pela Costa Rica convocaram uma reunião especial de alto nível sobre a Venezuela durante a Assembleia Geral anual da ONU. Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Venezuela votou regularmente para evitar o escrutínio de violações de direitos humanos em outros países, opondo-se a resoluções que apontam abusos em países como Síria, Bielorrússia, Burundi e Irã. Eles também se recusam a cooperar com os mecanismos do conselho, incluindo a rejeição de pedidos de visita pela maioria dos detentores de mandatos de procedimentos especiais. [149]

7.40. Em janeiro de 2019, a União Europeia reconheceu Guaidó como "presidente interino legítimo da Venezuela" e lançou uma iniciativa chamada International Contact Group, que visa criar confiança e condições para que surja um processo confiável, permitindo aos venezuelanos se expressarem livre e democraticamente por meio de novas eleições. Este Grupo é formado por França, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Espanha, Holanda, Itália, Suécia, Costa Rica, Uruguai, Equador e Bolívia. [150]

7.41. Em 4 de janeiro de 2019, o Grupo de Lima anunciou por meio de comunicado que eles não reconhecem a legitimidade do novo regime de mandato presidencial Nicolás Maduro, que começará em 10 de janeiro, 2019, incitando Nicolás Maduro a não assumir a presidência, respeitando os poderes da Assembleia Nacional e transferindo, provisoriamente, o poder ao executivo até que novas eleições presidenciais democráticas sejam realizadas. Esta declaração foi imediatamente rejeitada pelas autoridades venezuelanas em um comunicado de imprensa no mesmo dia, 4 de janeiro, chamando-a de "extravagante". [151]

7.42. De acordo com o relatório da Human Rights Watch de janeiro de 2019, o Grupo de Lima - formado por 13 governos latino-americanos e pelo Canadá - acompanhou de perto a situação na Venezuela, criticando os abusos das autoridades venezuelanas e oferecendo ajuda humanitária. Durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos de junho, em Genebra, a declaração conjunta do Grupo Lima sobre a crise da Venezuela atraiu o apoio de 53 estados de forma regional. Em setembro, o grupo, com exceção do Brasil, apresentou a primeira resolução do Conselho sobre a Venezuela, condenando a crise humanitária e de direitos humanos e exigindo que o Alto Comissário continuasse relatando a situação durante 2019. A resolução foi aprovada por votação de 23 a favor, 7 contra e 17 abstenções, tendo recebido o apoio de delegações de todos os continentes. [152]

7.43. O Conselho Permanente da OEA decidiu, em 10 de janeiro de 2019: "não reconhecer a legitimidade do período do regime de Nicolás Maduro", em sua resolução sobre a situação na Venezuela. Foi convocada a realização de novas eleições presidenciais com todas as garantias necessárias para um processo livre, justo, transparente e legítimo. [153]

7.44. No dia 23 de janeiro de 2019, o Chefe do Legislativo da Venezuela, Juan Guaidó, se autoproclama Presidente da Venezuela. Diversos países/repúblicas e instituições internacionais reconhecem seu governo, dentre eles: Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Perú, Brasil, Equador, Costa Rica, Paraguai, Argentina, Chile, Guatemala, Panamá, Honduras, Kosovo, Geórgia, Dinamarca, a Organização de Estados Americanos (OEA), diretores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). [154]

Ainda de acordo com a Human Rights Watch, o governo venezuelano se retirou da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 2013, deixando cidadãos e residentes incapazes de solicitar a intervenção perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos. No entanto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos continua a monitorar a Venezuela, aplicando a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que não está sujeita à ratificação dos Estados. [155]

7.45. Em 4 de fevereiro de 2019, o Grupo Lima emitiu uma nova declaração reiterando seu apoio a Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e pedindo a restauração imediata da democracia na Venezuela, por meio da realização de eleições livres e justas pelas autoridades legítimas, de acordo com as normas internacionais e com a maior brevidade possível. [156]

7.46. Países anunciaram o envio de ajuda humanitária pelas fronteiras do Brasil e Colômbia. O porta-voz da Presidência do Brasil, Otávio do Rêgo Barros, informou no dia 19 de fevereiro de 2019 que o governo brasileiro mobilizou uma força-tarefa de ministérios para enviar a partir de sábado 23 de fevereiro de 2019 ajuda humanitária, por meio de alimentos e medicamentos à Venezuela. [157]

7.47. No dia 21 de fevereiro de 2019, Maduro ordenou o fechamento da fronteira com o Brasil para evitar que ajuda humanitária chegasse no país. Fronteira permanece fechada até maio de 2019. Nos primeiros dias de fechamento ocorreram protestos e conflitos entre civis e militares da Venezuela. [158]

7.48. No dia 25 de fevereiro de 2019, em Genebra, a ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, fez um apelo à comunidade internacional pela união de esforços para restabelecer a pacificação política e social na Venezuela. [159]

7.49. No dia 28 de fevereiro, o Presidente Jair Bolsonaro recebe Guaidó, reconhece ele como presidente encarregado e diz apoiar novas eleições. [160]

7.50. Relação entre o governo do Brasil e da Venezuela se deteriora [161]. Vice-Presidente Hamilton Mourão diz que Venezuela precisa de uma mudança de governo. [162]

7.51. No dia 01 de março de 2019, os Estados Unidos impõem novas sanções à Venezuela por recusar ajuda humanitária. [163]

7.52. Em 10 de abril de 2019, o Conselho de Segurança realizou uma reunião pública para discutir a crise humanitária na Venezuela, tendo em vista a piora na escassez de alimentos e remédios. A crise se tornou tão grave que entendem necessária uma resposta internacional em grande escala. [164]

- 7.53. Em 30 de abril de 2019, Brasil concedeu asilo a 25 militares venezuelanos em sua Embaixada em Caracas. [165]
- 7.54. No início de maio, Juan Guaidó declarou estar em contato direto com as forças militares dos EUA, com o intuito de pressionar Maduro à renunciar o poder. [166]
- 7.55. Em 10 de maio de 2019, a fronteira entre Venezuela e Brasil é reaberta após ter sido fechada por 78 dias por ordens de Nicolas Maduro. [167]
8. **NOTA DE ORIENTAÇÃO SOBRE CONSIDERAÇÕES DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL PARA OS VENEZUELANOS – ATUALIZAÇÃO I (MAIO/2019) [168]**
- 8.1. **Considerações**

"1. Esta nota atualiza e substitui a Nota de Orientação sobre o Fluxo de Venezuelanos de março de 2018.1 [169].

2. Desde a emissão da Nota de Orientação sobre o Fluxo de Venezuelanos, a segurança e a situação humanitária na Venezuela se agravou, causando que o fluxo de saída para países vizinhos, outros países da região e países mais longínquos alcancem 3,7 milhões de pessoas. Dada a deterioração das circunstâncias na Venezuela, o ACNUR reitera seu chamado aos Estados que recebem venezuelanos para que permitam o acesso ao seu território e destaca a importância fundamental de garantir o acesso aos procedimentos de asilo ou às medidas de proteção coletiva com as salvaguardas adequadas.

3. Com base em relatórios recebidos pelo ACNUR e seus parceiros, assim como informação confiável de domínio público de uma ampla gama de fontes sobre a situação na Venezuela, o ACNUR considera que, para diversos perfis, é provável que surjam considerações de proteção internacional sob a Convenção de 1951 / Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados, dependendo das circunstâncias do caso individual. O ACNUR pode colocar esses perfis de risco à disposição das comissões de elegibilidade dos países de acolhida interessados.

4. A magnitude dos fluxos atuais apresenta desafios complexos e pode sobrecarregar os sistemas de asilo. Neste caso, o Estado pode reconhecer a condição de refugiado por meio de determinações coletivas. O ACNUR está disposto a fornecer aos Estados interessados a assistência técnica e o apoio operacional necessários para aprimorar a capacidade dos governos de responder adequadamente ao fluxo massivo de pessoas refugiadas e determinar sua condição jurídica de maneira eficiente. O ACNUR encoraja os Estados a se basearem em instrumentos regionais na elaboração de respostas coletivas.

5. Para os Estados que incorporaram a definição de refugiado contida na Declaração de Cartagena em sua legislação nacional, ou para os Estados que aplicam essa definição na prática, em observância às diretrizes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o ACNUR considera que a maioria das pessoas com nacionalidade venezuelana, ou pessoas apátridas que eram residentes habituais na Venezuela, possuem necessidade de proteção internacional conforme os critérios contidos na Declaração de Cartagena, baseado nas ameaças à sua vida, segurança ou liberdade resultante de eventos que atualmente estão perturbando gravemente a ordem pública na Venezuela. Essa abordagem não se aplica aos indivíduos cujas vidas, segurança ou liberdade não estão ameaçadas pelos eventos que estão afetando gravemente a ordem pública na Venezuela na atualidade, tais como pessoas que contribuem para a perpetuação dessas circunstâncias, membros de grupos relacionados com o crime organizado e pessoas que se beneficiam materialmente das circunstâncias que perturbam gravemente a ordem pública.

6. Para garantir a coerência das medidas de proteção e a harmonização nas respostas dos Estados, o ACNUR se dispõe a assessorar e apoiar os Estados a conformar a atual gama de medidas protetivas, incluindo as relativas ao direito internacional dos direitos humanos e medidas temporárias de proteção ou permanência, aos padrões mínimos dispostos abaixo.

7. Conforme mencionado na Nota de Orientação do ACNUR de março de 2018, em qualquer circunstância, os seguintes padrões mínimos devem ser garantidos:

a) **Legalidade:** os requisitos e procedimentos para o acesso a tais medidas devem ser definidos e articulados em conformidade com a legislação nacional. O ACNUR conchama os Estados a garantir que as pessoas que se beneficiem dessas medidas disponham de um documento oficial que seja reconhecido por todas as autoridades governamentais.

b) **Acessibilidade:** as medidas pertinentes deveriam ser acessíveis a todos os venezuelanos, independentemente da data de entrada no país de acolhimento. Isso significa que o requerimento para acesso a tais medidas não deveriam gerar custos aos beneficiários, ou apenas custos mínimos, e que tais requerimentos sejam aceitos em diferentes localidades no território, garantindo-se que os custos de transporte não sejam proibitivos. Além disso, nem a entrada/presença irregular nem a falta de documentos de identidade devem ser vistas como razões válidas para se negar o acesso à medida.

c) **Acesso a direitos básicos:** as medidas protetivas deveriam garantir de forma importante o acesso à serviços básicos e a direitos fundamentais alinhados com as Diretrizes do ACNUR de Proteção Temporária ou Acordos de Permanência. Esses direitos incluem: 1) acesso à saúde; 2) acesso à educação; 3) unidade familiar; 4) liberdade de circulação; 5) acesso à abrigo; e 6) o direito ao trabalho. Esses direitos deveriam ser garantidos de forma igualitária e não discriminatória.

8. O ACNUR e a OIM conduziram uma análise conjunta de boas práticas em medidas de proteção, desenvolvidas por governos nas Américas para responder ao fluxo de venezuelanos. A análise mostra o alinhamento destas com os padrões mínimos e objetiva reforçar a dimensão de proteção e da coerência das respostas. Com base nisso, o ACNUR e a OIM estão dispostos a apoiar os Estados.

9. Pessoas originárias da Venezuela que buscam proteção internacional nos Estados Membros da União Europeia, e que não se enquadram como refugiadas sob a Convenção de 1951, podem ser elegíveis à proteção subsidiária com base no Art. 15 da Diretiva 2011/95/EU (recast) se há razões substanciais para acreditar que elas estariam em riscos reais de sofrer graves danos na Venezuela.

10. Tendo em vista a atual situação na Venezuela, o ACNUR conchama os Estados a garantir que nacionais venezuelanos, pessoas apátridas ou que tenham residência habitual na Venezuela, não sejam deportados, expulsos ou forçados de maneira alguma a retornar à Venezuela, em conformidade com o direito internacional dos refugiados e dos direitos humanos. Essa garantia deveria ser assegurada seja no documento oficial de residência expedido aos venezuelanos, seja por outros meios efetivos, tais como instruções claras às instituições que garantem a aplicação da lei.

11. Considerando os desafios que os países de acolhida estão enfrentando, é fundamental o compartilhamento internacional de responsabilidades, no espírito do Pacto Global para os Refugiados. Essa abordagem se baseia na parceria estabelecida entre o ACNUR e a OIM, envolvendo seus mandatos, papéis e experiência.

12. De acordo com as diretrizes do Secretário-Geral, o ACNUR e a OIM vêm coordenando a resposta ao fluxo de venezuelanos desde 2018, quando a Plataforma de Coordenação Interagencial foi estabelecida a nível regional e nos principais países de acolhida."

9. **NOTA ORIENTAÇÃO DO MRE (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES)**

9.1. **Considerações**

"A Secretária de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania informou que o Ministério das Relações Exteriores está de acordo com as recomendações constantes dos itens 4, 5 e 6 da nota técnica n. 23/2018/CONARE, relativa ao reconhecimento da prevalência de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos em todo o território venezuelano, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 1º, inciso III, da lei 9.474.

Na visão do Itamaraty, o referido documento faz apreciação correta da realidade hoje prevalente na Venezuela, bem como da correspondência entre o caráter sistemático e generalizado das violações de direitos humanos que ocorrem naquele país e os critérios adotados pela legislação brasileira e pela Declaração de Cartagena de 1984 – documento que, refletindo a realidade dos deslocamentos forçados na América Central naquela década, inspirou o Brasil a ampliar, na lei 9.474, a definição "clássica" de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967.

O Itamaraty também considera apropriadas as recomendações no sentido de que a aplicação do inciso III do artigo 1º da Lei 9.474 se traduza na adoção de procedimentos simplificados que permitam a rápida tramitação das solicitações de refúgio de nacionais venezuelanos, sem descuidar de

análise da incidência de eventuais cláusulas de exclusão, conforme dispõe a legislação.

O reconhecimento da condição de refugiado dos solicitantes venezuelanos, com base na constatação da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos enfrentada pela Venezuela, permitirá conferir a adequada proteção internacional aos que dela necessitam, consoante as obrigações internacionais do Brasil na matéria."

9.2. **Observações:** Os itens 4, 5 e 6 da nota técnica n. 23/2018/conare, da qual texto faz referência está contemplado neste relatório, e referem -se respectivamente a Proposta de reconhecimento de grave e generalizada violação de direitos humanos – GGVDH na Venezuela (com quadro resumo), a Conclusão e as Recomendações. O relatório 23 pode ser visualizado através do documento (7395772) presente neste mesmo processo: 08018.001832/2018-01.

10. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

10.1. Diante da extensa pesquisa de país de origem, analisada à luz dos critérios de Cartagena, reconhecidos pela comunidade internacional, considero que a Venezuela apresenta grave diagnóstico institucional com múltiplas violações dos direitos humanos e, com fulcro no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474/97, **submeto à apreciação do Comitê Nacional para os Refugiados que reconheça a situação e Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos em todo o território da Venezuela**, com base nos critérios inspirados na Declaração de Cartagena, bem como ouvida a consideração do MRE.

Para tanto, recomendo ao Comitê Nacional para os Refugiados:

1. Adotar procedimentos simplificados para a tramitação dos processos de reconhecimento da condição de refugiado de nacionais venezuelanos;
2. Que seja mantida a indispensabilidade de entrevista de elegibilidade, devendo esta ocorrer ainda que de maneira simplificada;
3. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de excludentes, com base no art. 3º da Lei nº 9.474/97. Sobre este ponto, mister recordar também que a nota de orientação do Acnur reconhece que a condição de refugiado conforme Cartagena não se aplicaria a membros de *colectivos e megabandas, entre outros grupos de guerrilha urbana, bem como* membros de grupos criminosos organizados e pessoas que se beneficiam materialmente das circunstâncias na Venezuela;
4. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de óbices, por parte de qualquer instituição ou de indivíduo;
5. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de permanência em território nacional, inclusive podendo ser provada por meio de entrevista complementar; e
6. Por fim, considerando as mudanças no contexto interno do país, sugere-se que a atualização da decisão seja feita, no mínimo, após transcorridos 12 meses, a contar da data de decisão inicial pelo Comitê Nacional para os Refugiados, com a ressalva de que pode ser feita a qualquer momento caso haja mudança no contexto fático do país.

QUADRO RESUMO - APLICAÇÃO DE GGVDH VENEZUELA

CRITÉRIO	COI - RESUMO PRINCIPAIS INFORMAÇÕES
1. VIOLÊNCIA GENERALIZADA	Violência e insegurança: Violência atroz, correspondente a: execuções extrajudiciais; violência de gênero; [170] tortura de pessoas privadas de liberdade; [171] maior taxa anual de homicídios da América Latina e Caribe e u altas do mundo [172]; Desde 2015, Caracas é considerada a cidade com a maior taxa anual de homicídios [173] Violência das forças de estado e forças não estatais. [174], [175], [176]
2. AGRESSÃO ESTRANGEIRA	Não aplicável.
3. CONFLITOS INTERNOS	Forças não estatais/Grupos paramilitares: Colectivos: são grupos organizados de civis armados, de ideologia socialista, atuam em até 150 paróquias (de 1.1: independente no controle de território, perpetrando ações de limpeza social, criminalidade, extorsão, sequestro e rc e casas; Megabandas: são grupos armados, dedicados à extorsão, sequestro e outras atividades criminosas e são l prisioneiros influentes, controlam áreas do território, e são acusadas de atacar as forças de segurança. [177]; Forças de libertação bolivariana (FBL): são guerrilheiros pró-governo, atuam no sequestro e extorsão de proprietário Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN): atuam nos estados fronteiriços, e dedicam-se à extorsão, narcotráfico e contrabando; Forças armadas revolucionárias da Colômbia (FARC): atuam no contrabando de ouro; Exército Popular de Libertação (EPL): atuam no tráfico de drogas ao longo da fronteira. [178]
4. VIOLAÇÃO MACIÇA DOS DIREITOS HUMANOS	Direito à alimentação: Drástica redução da produtividade agrícola; incapacidade econômica para importação alimentícios; escassez generalizada de alimentos; crescimento do mercado negro, (que pode chegar a custar até 70 ve o preço regulado); [179] longas filas para comprar comida a preços controlados, oferecida de maneira esporádica e er limitada; [180] cerca de 90% das pessoas relatam não ter renda suficiente para cobrir necessidades alimentares bási 75% relatou perda de peso média de 8,7kg em 2016; [181], [182] desnutrição grave de crianças, gestantes e [184] escassez de água que resultou em surto de doenças; [185] obrigatoriedade de apresentação, por exemplo, do <i>patria</i> para adquirir cesta básica. [186] Direito à saúde: redução de 95% do orçamento nacional de saúde; [187] evasão crescente de médicos; [188] mortalidade materna e infantil; [189] surto de malária; [190] escassez de cerca de 90% dos medicamentos; [191], [1 públicos sem insumos básicos; [193] aumento de abortos clandestinos relacionados à ausência de medicamentos co [194] controle de acesso aos hospitais por membros de grupos armados independentes (<i>colectivos</i> [195]); [196] acce de saúde condicionado à posse de documento que comprove o apoio ao governo (<i>carnet de la patria</i>); [197] Em 2018, o governo venezuelano recusou ajuda humanitária que incluía o envio de medicamentos do governo do Brasil. [198] Direito à educação: muitas crianças faltam às aulas por problemas relacionados ao serviço de água, apagões, grc transporte, falta de comida nas escolas ou por problemas de saúde. [199] Escolas e universidades são regularme devido à falta de recursos ou pala necessidade de os professores passarem dias procurando por comida. [200] Direito ao trabalho: Os níveis de emprego formal estão diminuindo rapidamente; diminuição de quase um milhão no setor privado nos 18 meses de meados de 2015 até o final de 2016. [201] As Nações Unidas estimam que em

[16] Amnistía Internacional, *Venezuela: Aumenta represión estatal a protestas en medio de la crisis*, 2 Mayo 2019, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org/es/docid/5ccc865b4.html> [Accesado el 20 Mayo 2019]

[17] G1. Venezuelanos aproveitam para comprar comida no Brasil após reabertura da fronteira. Publicado em: 11 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/05/11/movimentode-carros-e-intenso-no-brasil-apos-venezuela-reabrir-fronteira.ghtml> Acesso em: 14 de maio de 2019.

[18] The Guardian. Guaido seeks relations with US military in attempt to take power in Venezuela. Publicado em: 11 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/11/guaidomaduro-pentagon-trump-us-venezuela> Acesso em: 14 de maio de 2019.

[19] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Capítulo IV.B Venezuela. Annual Report 2016. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/informeanual2016cap4b.venezuela-en.pdf>> Acesso em: 11 de outubro de 2018. (parr. 239)

[20] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P.8.

[21] Observatório Venezuelano de Conflictividad Social (OVCS)_1º trimestre de 2019 <<http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2019/04/Conflictividad-social-en-Venezuela-primer-trimestre-2019.pdf>> Acessado em 20 de maio de 2019.

[22] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P.8 p. 9.

[23] OHCHR published the report "Human rights violations and abuses in the context of protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017" available at: http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf

[24] Observatório Venezuelano de Conflictividad Social (OVCS)_1º trimestre de 2019 <<http://www.observatoriodeconflictos.org.ve/oc/wp-content/uploads/2019/04/Conflictividad-social-en-Venezuela-primer-trimestre-2019.pdf>> Acessado em 20 de maio de 2019.

[25] HRW critica regresso de González Lopez aos serviços secretos da Venezuela.02/05/2019. Disponível em:<http://www.clipnaweb.com.br/v3/clipping/conteudoNoticia.aspx?cliente=acnur&idNoticia=139065&arquivo=https://ptjournal.com/hrwcritica-regresso-de-gonzalez-lopez-aos-servicos-secretos-da-venezuela431638&data=02/05/2019%2004:06:02&tipo=online&midia=online&vitrine=5&usu=cdacnur> Acesso em: 02/05/2019.

[26] BBC News. Venezuela: Nicolás Maduro asegura que cuenta com la total lealdad de los comandantes militares y su embajador ante la ONU da por derrotado el intento de imponer um gobierno títere. 30/04/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticiasamerica-latina-48106209> Acesso em: 02/05/2019.

[27] Human Rights Watch. Venezuela: violent response to demonstrators. Publicado em: 03 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/05/03/venezuela-violent-response-demonstrators> Acesso em: 14 de maio de 2019.

[28] Human Rights Watch – World Report 2019 – Venezuela. 17/01/2019. Publicado em: <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> Acesso em: 02/05/2019

[29] Insight Crime, 2017 Homicide Rates in Latin America and the Caribbean, 19 January 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-homicide-round-up/>. Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal, Caracas, Venezuela, es la ciudad más violenta del mundo, 2015, <http://www.seguridadjusticiapaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/230-caracas-venezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>; and Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo, 6 April 2017, <https://www.seguridadjusticiapaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>.

[30] Libre Mercado, *La pesadilla de vivir en Venezuela: pobreza, hambre y violencia*, 7 March 2017, <http://www.libremercado.com/2017-03-07/la-pesadilla-de-vivir-en-venezuela-pobreza-hambre-y-violencia-1276594185/>

[30.1] Observatorio Venezuelano de Violencia, Informe 2015, 28 December 2015, <http://imagenes.eluniversal.com//2015/12/28/informe-del-observatorio-venez.pdf>, Informe 2016, 28 December 2016, <http://observatoriodeviolencia.org.ve/2016-ovv-estima-28-479-muertes-violentas-en-venezuela/> and Informe 2017, 28 December 2017, <http://observatoriodeviolencia.org.ve/informe-ovv-de-violencia-2017/>.

[30.2] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Atlas da Violência 2017 mapeia os homicídios no Brasil. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253 Acesso em 08 de outubro de 2018.

[30.3] Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/atividades/anuario/>> Acesso em 08 de outubro de 2018.

[30.4] Ibid.

[31] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>> Acesso em: 09 de outubro de 2018. parr. 336

[32] Ibid. parr.340-343.

[33] Ibid. p. 338.

[34] Ibid. p. 382.

[35] Human Rights Watch: World Report 2019 - Venezuela, 17 January 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> (accessed on 2 May 2019)

[36] G1_Mundo <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/06/4-dados-que-mostram-o-tamanho-da-epidemia-de-homicidios-na-venezuela.ghtml>> Acessado em 22 de maio de 2019.

[37] Human Rights Committee, General Comment No. 21, HRI/GEN/1/Rev.9 (Vol. I)

[38] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 22

[39] Ibid. p. 23

[40] Ibid. p. 27

[41] Human Rights Watch: World Report 2019 - Venezuela, 17 January 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> (accessed on 2 May 2019)

[42] Ibid. p. 28

[43] Human Rights Watch, Venezuela events of 2017, Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>> Acesso em 08 de outubro de 2018.

[44] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>> Acesso em: 09 de outubro de 2018. parr.349.

[45] Freedom House: Freedom in the World 2019 - Venezuela, 4 February 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 2 May 2019)

[46] Freedom House: Freedom in the World 2019 - Venezuela, 4 February 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 2 May 2019)

[47] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 28

[48] Ibid. p. 29

[49] Ibid. p. 30

[50] Ibid. p. 31

[51] DW América Latina Os altos riscos de uma intervenção militar na Venezuela <<https://www.dw.com/pt-br/os-altos-riscos-de-uma-interven%C3%A7%C3%A3o-militar-na-venezuela/a-47694077>> (acessado em 20 de maio de 2019)

[52] International Crisis Group. *Violencia y política en Venezuela*, 2011, http://www.acnur.org/t3/uploads/media/Violencia_y_Politica_en_Venezuela_-_ICG.pdf, p. 19. Originating in subversive groups of the 1960s and 70s, they strongly supported the Chávez administration. See Tal Cual, *Colectivo no acata leyes*, 12 March 2012, <http://www.talcualdigital.com/Nota/67417/colectivo-no-acata-leyes>; TeleSur, *Colectivos venezolanos: representantes del Poder Comunal y Popular*, 13 February 2014, <http://www.telesurtv.net/news/Colectivos-venezolanos-representantes-del-Poder-Comunal-y-Popular-20140213-0035.html>. Major colectivos include *La Piedrita*, *Los Tupamaro*, *Carapaica*, 5 de marzo and *Alexis Vive*. See TeleSur, *Inauguran primera sede del Movimiento Tupamaro en el sur de Aragua, Venezuela*, 23 November 2015, <http://www.telesurtv.net/imreporter/Inauguran-primera-sede-del-Movimiento-Tupamaro-en-el-sur-de-AraguaVenezuela-20151123-0054.html>; El Universal, *Micro Estados del delito*, 14 June 2015, http://www.eluniversal.com/noticias/politica/micro-estados-del-delito_31859; Contrapunto, *Así funciona la comuna de Alexis Vive en el 23 de Enero*, 23 January 2015, <http://contrapunto.com/noticia/asi-funciona-la-comuna-de-alexis-vive-en-el-23-de-enero/>; El Nacional, *El Gobierno de los Colectivos*, 22 November 2014, http://www.el-nacional.com/siete_dias/gobierno-colectivos_0_524347703.html; TeleSur, *Colectivos venezolanos: representantes del Poder Comunal y Popular*, 13 February 2014, <http://www.telesurtv.net/news/Colectivos-venezolanos-representantes-del-Poder-Comunal-y-Popular-20140213-0035.html>; El Universal, *Milicias populares, el brazo armado de la revolución chavista*, 29 April 2012, <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120429/milicias-populares-el-brazo-armado-de-la-revolucion-chavista>; AP, *En el 23 de Enero operan más de una decena de milicias*, April 2012, <http://www.reportero24.com/2012/04/la-piedrita-el-brazo-armado-de-la-revolucion-chavista/>; El Universal, *La Conexión Carapaica*, 13 June 2010, http://www.eluniversal.com/2010/06/13/pol_art_la-conexion-carapaica_1931957.shtml. TeleSur, *Inauguran primera sede del Movimiento Tupamaro en el sur de Aragua, Venezuela*, 23 November 2015, <http://www.telesurtv.net/imreporter/Inauguran-primera-sede-del-Movimiento-Tupamaro-en-el-sur-de-AraguaVenezuela-20151123-0054.html>; Contrapunto, *Así funciona la comuna de Alexis Vive en el 23 de Enero*, 23 January 2015, <http://contrapunto.com/noticia/asi-funciona-la-comuna-de-alexis-vive-en-el-23-de-enero/>; El Nacional, *El Gobierno de los Colectivos*, 22 November 2014, http://www.el-nacional.com/siete_dias/gobierno-colectivos_0_524347703.html; El País, *Así operan los 'colectivos', las fuerzas paramilitares chavistas de Venezuela*, 23 February 2014, <http://www.elpais.com.co/elpais/internacional/noticias/asi-operan-colectivos-fuerzas-paramilitares-chavistas-venezuela>; El Universal, *Colectivos armados actúan como policías, fiscales y jueces*, 23 February 2014, <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140223/colectivos-armados-actuan-como-policias-fiscales-y-jueces>; AP, *En el 23 de Enero operan más de una decena de milicias*, April 2012, <http://www.reportero24.com/2012/04/la-piedrita-el-brazo-armado-de-la-revolucion-chavista/>. El Universal, *Micro Estados del delito*, 14 June 2015, http://www.eluniversal.com/noticias/politica/micro-estados-del-delito_31859; Observatorio de Propiedad, *Gloria Yáñez, De Emprendedora a Desalojada*, (no date), <http://paisdepropietarios.org/home/portfolio-items/gloria-piedad-yanez-sanchez-despojada-por-colectivos/>. El Universal, *Micro Estados del delito*, 14 June 2015, http://www.eluniversal.com/noticias/politica/micro-estados-del-delito_31859; El Universal, *El solicitado Valentín Santana comandó el fuego en 23 de Enero*, 12 March 2012, <http://www.eluniversal.com/sucesos/120312/el-solicitado-valentin-santana-comando-el-fuego-en-23-de-enero>; El Universal, *Colectivo "La Piedrita" acusa al Cicpc de intentar asesinar a su líder*, 9 February 2012, <http://www.eluniversal.com/sucesos/120209/colectivo-la-piedrita-acusa-al-cicpc-de-intentar-asesinar-a-su-lider>; International Crisis Group, *Violencia y Política en Venezuela*, 2011, http://www.acnur.org/t3/uploads/media/Violencia_y_Politica_en_Venezuela_-_ICG.pdf, p. 19; Noticias 24, *Las guerras internas en el 23 de Enero*, 30 September 2007, <http://www.noticias24.com/actualidad/noticia/8548/las-guerras-internas-en-el-23-de-enero/> InSight Crime, *Venezuela National Assembly Targets Pro-Govt "Colectivos"*, 26 April 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/venezuela-national-assembly-targets-government-supported-colectivos>; InSight Crime, *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and-organized-crime-thrives-in-venezuela>. La Razón, *¿Bandas armadas o colectivos?*, 26 October 2014, <http://www.larazon.net/2014/10/26/bandas-armadas-o-colectivos/>; TeleSur, *Colectivos venezolanos: representantes del Poder Comunal y Popular*, 13 February 2014, <http://www.telesurtv.net/news/Colectivos-venezolanos-representantes-del-Poder-Comunal-y-Popular-20140213-0035.html>; El Universal, *Milicias populares, el brazo armado de la revolución chavista*, 29 April 2012, <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/120429/milicias-populares-el-brazo-armado-de-la-revolucion-chavista>; El Universal, *La Conexión Carapaica*, 13 June 2010, http://www.eluniversal.com/2010/06/13/pol_art_la-conexion-carapaica_1931957.shtml. HRW, *Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela*, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; Amnesty International, *Nights of Terror: Attacks and Illegal Raids on Homes in Venezuela*, 30 October 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr53/7285/2017/en/>; New York Times, *Armed Civilian Bands in Venezuela Prop Up Unpopular President*, 22 April 2017, <https://www.nytimes.com/2017/04/22/world/americas/armed-civilian-bands-in-venezuela-prop-up-unpopular-president.html>; El País, *Las milicias armadas siembran el terror en Venezuela*, 26 April 2017, http://internacional.elpais.com/internacional/2017/04/26/actualidad/1493159838_141130.html; InSight Crime, *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and-organized-crime-thrives-in-venezuela>; InSight Crime, *Opposition Protests Will Be Met with Colectivos: Venezuelan VP*, 28 October 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/opposition-and-protestors-will-be-met-with-colectivos-venezuelan-vp>; El Nacional, *Reportan la presencia de colectivos armados en el 23 de Enero*, 6 June 2016, http://www.el-nacional.com/sociedad/Reportan-presencia-colectivos-armados-Enero_0_861514070.html; El Nuevo Herald, *Colectivos chavistas agreden a fotógrafos bajo complicidad de guardias*, 2 June 2016, <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article81428187.html>; HRW, *Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela*, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; El Nacional, *Colectivo La Piedrita pide rodear la Asamblea Nacional en defensa de la Revolución*, 4 January 2016, http://www.el-nacional.com/politica/Colectivo-Piedrita-Asamblea-Nacional-Revolucion_0_769123181.html; Instituto Prensa y Sociedad, *Este es el reportaje eliminado por UN: "Uniformados y civiles dispararon en Candelaria el 12F"*, 14 July 2016, <http://ipysvenezuela.org/2016/07/14/este-es-el-reportaje-eliminado-por-un-uniformados-y-civiles-dispararon-en-candelaria-el-12f/>; El País, *Así operan los 'colectivos', las fuerzas paramilitares chavistas de Venezuela*, 23 February 2014, <http://www.elpais.com.co/elpais/internacional/noticias/asi-operan-colectivos-fuerzas-paramilitares-chavistas-venezuela>; El Universal, *Colectivos armados actúan como policías, fiscales y jueces*, 23 February 2014, <http://www.eluniversal.com/nacional-y-politica/140223/colectivos-armados-actuan-como-policias-fiscales-y-jueces>; Reuters, *Venezuela Violence Puts Focus on Militant 'Colectivo' Groups*, 13 February 2014, <http://www.reuters.com/article/us-venezuela-protests-colectivos-idUSBREA1C1YW20140213>; Panampost, *Venezuela: Tupamaro Thugs Inflict Revenge Attack on Student Residence*, 12 February 2014, <http://panampost.com/marcela-estrada/2014/02/12/venezuela-tupamaro-thugs-inflict-revenge-attack-student-residence/>. HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; HRW, *Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela*, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; OHCHR, *Human Rights Violations and Abuses in the context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRreportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; El País, *Las milicias armadas siembran el terror en Venezuela*, 26 April 2017, http://internacional.elpais.com/internacional/2017/04/26/actualidad/1493159838_141130.html

[53] InSight Crime, *Pirates, Contraband, and Mega-Gangs in Venezuela*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/pirates-contraband-and-mega-gangs-in-venezuela-part-2>; Ernesto Herrera Nuñez, *Evolución de la criminalidad en Venezuela (1990-2015)*, 2016, <http://pazactiva.org.ve/wp-content/uploads/2016/10/Informe-Asamblea-Nacional-FINAL-Criminalidad-Ernesto-Herrera.pdf?platform=hoosuite>; Observatorio de Delito Organizado y Laboratorio de Ciencias Sociales, *2do informe del Observatorio de Delito Organizado*, 2015, <http://observatoriodot.org.ve/cms/index.php/home/sala-de-prensa/noticias-y-eventos/item/154-ii-informe-del-observatorio-de-delito-organizado-en-venezuela>. InSight Crime, *Venezuela Prisons: 'Pranes' and 'Revolutionary' Criminality*, 11 September 2017, <https://www.insightcrime.org/investigations/venezuela-prisons-pranes-revolutionary-criminality/>; InSight Crime, *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and-organized-crime-thrives-in-venezuela>; InSight Crime, *Train of the Plain*, 25 November 2016, <http://www.insightcrime.org/venezuela-organized-crime-news/train>

of-the-plain; El Cooperante, *Forjadores de muerte: Los ocho bloques criminales que actúan impunemente en Venezuela*, 28 August 2016, <http://elcooperante.com/forjadores-de-muerte-los-ocho-bloques-criminales-que-actuan-impunemente-en-venezuela>; Observatorio de Delito Organizado y Laboratorio de Ciencias Sociales, *2do informe del Observatorio de Delito Organizado*, 2015, <http://observatoriodot.org/ve/cms/index.php/home/sala-de-prensa/noticias-y-eventos/item/154-ii-informe-del-observatorio-de-delito-organizado-en-venezuela>, p. 16; Diario Panorama, “Mijo te habla el pram de la cárcel, pa’ que colaboréis”, 4 July 2012, <http://informe21.com/actualidad/12/07/04/panorama-%E2%80%9Cmijo-te-habla-el-pram-de-la-carcel-pa%E2%80%99-que-colaboreis%E2%80%9D>. Reportedly, a kind of non-aggression ‘pact’ between organized criminal groups and the police has fallen apart in the last two years, contributing to the increase in violence through the assassination by criminal groups of officials in different parts of the country. See Contrapunto, *Andrés Antillano: La recesión económica y el aumento de la represión son una chispa eficaz para los estallidos sociales*, 16 August 2015, <http://www.contrapunto.com/noticia/andres-antillano-el-aumento-de-la-represion-es-una-chispa-eficaz-para-los-estallidos-sociales/>. InSightCrime. *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and-organized-crime-thrives-in-venezuela>; InSight Crime, *Pirates, Contraband, and Mega-Gangs in Venezuela*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/pirates-contraband-and-mega-gangs-in-venezuela-part-2>. New York Times, *Police and Protesters in Venezuela Share Common Grievances*, 17 May 2017, <https://www.nytimes.com/2017/05/17/world/americas/venezuela-police-protests.html>; InSight Crime, *Dark Times in Venezuela Signal Bright Future for Organized Crime*, 18 April 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/dark-times-venezuela-bright-future-organized-crime>. OCCRIP, *Gang Lords Rule the Orinoco Mining Arc*, 19 September 2017, <https://www.occrp.org/en/goldandchaos/gang-lords-rule-the-orinoco-mining-arc>; New York Times, *Hard Times in Venezuela Breed Malaria as Desperate Flock to Mines*, 15 August 2016, <http://www.nytimes.com/2016/08/15/world/venezuela-malaria-mines.html>; Revista SIC, *Minería, sindicatos y Arco Minero del Orinoco, combinación mortal para los indígenas de El Caura*, 11 August 2016, <http://revistasic.gumilla.org/2016/mineria-sindicatos-y-arco-minero-del-orinoco-combinacion-mortal-para-los-indigenas-de-el-caura/>; InSight Crime, *Venezuela Military Profit From Illegal Gold Mining: Ex-Governor*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/venezuela-military-profit-from-illegal-gold-mining-ex-governor>; El Nacional, *Son cinco los pranes que se disputan el “oro de sangre” en Tumeremo*, 9 March 2016, http://www.el-nacional.com/tumeremo/pranes-disputan-oro-sangre-Tumeremo_0_808119388.html; Liguana, *Este es el perfil criminal de “El Topo”, quien estaría detrás de la masacre de Tumeremo*, 7 March 2016, <http://laiguana.tv/articulos/23269-perfil-el-topo-tumeremo>; Panorama, *Gobernador Liborio Guarulla denunció presencia de grupos armados en Amazonas*, 25 February 2016, <http://www.panorama.com.ve/politicaeconomia/Gobernador-Liborio-Guarulla-denuncio-presencia-de-grupos-armados-en-Amazonas-20160225-0140.html>; IACHR, *Informe Anual 2015: Chapter IV.B (Venezuela)*, <http://www.oas.org/es/cidh/docs/annual/2015/docs/InformeAnual2015-Cap4-Venezuela-ES.pdf>, para. 330; Survival International, *Venezuelan Tribes Protest Against Violent Mining Gangs*, 15 June 2015, <http://www.survivalinternational.org/news/10819>. El Nacional, *67 bandas de crimen organizado operan en Venezuela*, 10 March 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/sociedad/bandas-crimen-organizado-operan-venezuela_84709

[54] CGRS-CEDOCA – Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons (Belgium), COI unit: VENEZUELA; Situation sécuritaire, 4 April 2019

[55] Fundación Bengoa et al., *Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela 2016*, 2017, <http://www.fundacionbengoa.org/noticias/2017/images/ENCOVI-2016-Pobreza.pdf>, chapter on Pobreza. Infobae, *Una encuesta reveló que el 82% de los hogares en Venezuela vive en la pobreza*, 18 February 2017, <http://www.infobae.com/americas/venezuela/2017/02/18/una-encuesta-revelo-que-el-82-de-los-hogares-en-venezuela-vive-en-la-pobreza/>

[56] Universidad Simón Bolívar, Universidad Central de Venezuela and Universidad Católica Andrés Bello. The 2017 ENCOVI study is available at: <https://www.ucab.edu.ve/investigacion/centros-e-institutos-de-investigacion/encovi-2017/>

[57] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 04

[58] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. p. 222

[59] Ibid. p. 226 e 227

[60] El País - Extrema pobreza na América Latina <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/internacional/1547563856_964646.html> Acessado em 22 de maio de 2019.

[61] Committee on Economic Social and Cultural Rights, General Comment No. 12, E/C.12/1999/5, para 15

[62] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 45

[63] Committee on Economic Social and Cultural Rights, General Comment No. 12, E/C.12/1999/5, para 15

[64] Ibid, para 17

[65] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 45

[66] Ibid. p. 46.

[67] Ibid.

[68] Ibid.

[69] Ibid. p. 47

[70] International Crisis Group, *Venezuela: Hunger by Default*, 23 November 2017, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/venezuela/b37-venezuela-hunger-default>. OHCHR, *Human Rights Violations and Abuses in the Context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>. New York Times, *How Food in Venezuela Went from Subsidized to Scarce*, 16 July 2017, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/07/16/world/americas/venezuela-shortages.html>. IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; ECNA, *Long Queues for Food in Venezuela as Economic Crisis Worsens*, 12 July 2016, <https://www.enca.com/money/life-on-the-line-in-venezuela-as-economic-crisis-worsens>; Washington Post, *Venezuelans are Storming Supermarkets and Attacking Trucks as Food Supplies Dwindle*, 28 June 2016, https://www.washingtonpost.com/world/the_americas/venezuelans-are-storming-supermarkets-and-attacking-trucks-as-food-supplies-dwindle/2016/06/28/70020a14-37c8-11e6-af02-1df55f0c77ff_story.html

[71] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 47

[72] Fundación Bengoa et al, *Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela 2016*, 2017, <http://www.fundacionbengoa.org/noticias/2017/images/ENCOVI-2016-Alimentacion.pdf>, chapter on Alimentación

[73] Cáritas, *Monitoreo de la Situación Nutricional en Niños Menores de 5 años: Distrito Vargas, Miranda y Zulia - Venezuela: mayo-agosto 2017*, September 2017, <https://drive.google.com/file/d/0B6N2tMwtt0ugTXyZ0xjZVBfSFk/view>. Infobae, *Hambre en Venezuela: Cáritas atendió en 2017 el doble de niños desnutridos que en 2016*, 8 January 2018, <https://www.infobae.com/americas/venezuela/2018/01/08/hambre-en-venezuela-caritas-atendio-en-2017-el-doble-de-ninos-desnutridos-que-en-2016/>. New York Times, *As Venezuela Collapses, Children Are Dying of Hunger*, 17 December 2017, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/17/world/americas/venezuela-children-starving.html>. Guardian, *“We Loot or We Die of Hunger”: Food*

Shortages Fuel Unrest in Venezuela, 21 January 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/21/venezuela-looting-violence-food-shortages>; El Tiempo, *Saqueos y protestas, el drama por la falta de comida en Venezuela*, 13 January 2018, <http://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/protestas-y-saqueos-por-falta-de-comida-en-venezuela-170766>; AP, *Pirates Preying on Venezuelan Fishermen as Industry Unravels*, 8 December 2016, <https://apnews.com/29e63ba3282d496cb6d91e9f53b3cd5e>

[74] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. P. 229

[75] Ibid. pp 230-234

[76] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 49

[77] Ibid. p. 48.

[78] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. P. 230-234

[79] El Nacional, *Caracas se queda sin agua por falta de mantenimiento*, 27 September 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/sociedad/caracas-queda-sin-agua-por-falta-mantenimiento_205289; IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; La Nación, *En Venezuela también falta el agua*, 28 January 2016, <https://www.nacion.com/el-mundo/conflictos/en-venezuela-tambien-falta-el-agua/7NEX37MXDFCUIEJWH72TEWR5SE/story/>

[80] PanamPost, *Venezuela, Once the World's Largest Oil Producer, Now Rationing Gas amid Shortage*, 26 December 2017, <https://panampost.com/orlando-avendano/2017/12/26/venezuela-once-the-worlds-largest-oil-producer-now-rationing-gas-amid-shortage/>; Reuters, *Cooking Gas Shortages Force Venezuelans to Turn to Firewood*, 10 August 2017, <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-gas/cooking-gas-shortages-force-venezuelans-to-turn-to-firewood-idUSKBN1AQ23Q>

[81] IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; VoA, *No Food, No Teachers, Violence in Failing Venezuela Schools*, 17 June 2016, <https://www.voanews.com/a/no-food-no-teachers-violence-in-failing-venezuela-schools/3380651.html>; Los Angeles Times, *In Venezuela, Students and Faculty Caught in Budget-Driven University Closures*, 17 November 2015, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-venezuela-professors-20151117-story.html>

[82] HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>.

El Mundo, *Nuevas protestas en Venezuela ante los incumplimientos del Gobierno, la falta de alimentos y de productos básicos*, 22 December 2017, <http://www.elmundo.es/internacional/2017/12/22/5a3d3a9a268e3e763d8b45fc.html>. In the case of soldiers, see El Nacional, *AN investigará denuncias de soldados enviados a casa por escasez de comida*, 22 January 2018, http://www.el-nacional.com/noticias/politica/investigara-denuncias-soldados-enviados-casa-por-escasez-comida_219796; Venezuela al Día, *Hasta los militares se le alzan al régimen: Protestan por falta de comida*, 10 January 2018, <http://www.venezuelaaldia.com/2018/01/10/los-militares-se-le-alzan-al-regimen-protestan-falta-comida/>. IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>

[83] HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; Financial Times, *Venezuela's Food Parcels Prove Imperfect Solution to Crisis*, 17 June 2017, <https://www.ft.com/content/f073edd2-4c78-11e7-919a-1e14ce4af89b>; AP, *Venezuela Military Trafficking Food as Country Goes Hungry*, 28 December 2016, <https://www.apnews.com/64794f2594de47328b910dc29dd7c996>; PROVEA, *Los CLAP: 7 indicios de discriminación política*, 4 November 2016, <https://www.derechos.org/ve/investigacion/los-clap-7-indicios-de-discriminacion-politica>. New York Times, *As Venezuela Collapses, Children Are Dying of Hunger*, 17 December 2017, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/17/world/americas/venezuela-children-starving.html>; El Mundo, *Así amenaza el chavismo para forzar al voto: "Quien no vote, está botado"*, 28 July 2017, <http://www.elmundo.es/internacional/2017/07/28/597a328e468aebf7708b46e7.html>. El Nuevo Herald, *Comida y casa, las promesas del "Carnet de la Patria" en Venezuela*, 21 January 2017, <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article127921029.html>

[84] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 51

[85] Freedom House: *Freedom in the World 2019 - Venezuela*, 4 February 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 8 March 2019)

[86] Freedom House: *Freedom in the World 2019 - Venezuela*, 4 February 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 8 March 2019)

[87.a] Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights and World Health Organization. *The right to Health. Fact Sheet No. 31*. Disponível em < <https://www.ohchr.org/Documents/Publications/Factsheet31.pdf> > Acesso em 23 de outubro de 2018

[87.b] Ibid. p. 17

[88] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 45

[89] Fundación Bengoa et al., *Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela 2016*, 2017, <http://www.fundacionbengoa.org/noticias/2017/images/ENCOVI-2016-Salud.pdf>, chapter on Salud, referring to 'las peores condiciones de desprotección de salud desde principios del siglo XX'

[90] IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>

[91] Wall Street Journal, *Doctors Flee Desperate Venezuela to Work in Safer Places*, 12 June 2017, <https://www.wsj.com/articles/doctors-flee-desperate-venezuela-to-work-in-safer-places-1497303556>; Guardian, *"Like Doctors in a War": Inside Venezuela's Healthcare Crisis*, 19 October 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/19/venezuela-crisis-hospitals-shortages-barcelona-caracas>. CNN, *Amid Chaos in Venezuela, Infant Deaths, Malaria Cases Skyrocket*, 10 May 2017, <http://edition.cnn.com/2017/05/10/health/venezuela-malaria-infant-mortality/index.html>

[92] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 39 e 42

[93] Ibid. p. 43.

[94] Ibid. p. 40.

[95] A Pesquisa Nacional dos Hospitais de 2018, realizada nos últimos 5 anos, foi conduzida por uma rede de médicos em 104 hospitais cobrindo 22 estados. Os resultados foram compartilhados com o ACNUDH. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 41

[96] Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>. HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October

2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>

[97] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 42

[98] Ibid. p. 40.

[99] El Nacional, *77.000 pacientes con VIH se quedan sin tratamiento*, 29 November 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/crisis-humanitaria/77000-pacientes-con-vih-quedan-sin-tratamiento_213352; El Nacional, *Pacientes de VIH vulnerables por falta de antirretrovirales*, 28 November 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/crisis-humanitaria/pacientes-vih-vulnerables-por-falta-antirretrovirales_213266; CNN, *"We Are in the Hospital Suffering": A child's Life Cut Short amid Venezuela Crisis*, 25 October 2017, <https://edition.cnn.com/2017/10/25/health/venezuela-child-hospital-dying/index.html>; El Nacional, *55.000 pacientes con cáncer ya no cuentan con tratamiento*, 11 October 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/crisis-humanitaria/55000-pacientes-con-cancer-cuentan-con-tratamiento_207112; El Nacional, *CIDH dictó protección a paciente con hemofilia ante falta de fármacos*, 4 October 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/salud/cidh-dicto-proteccion-paciente-con-hemofilia-ante-falta-farmacos_206250; Infobae, *En ruinas y sin medicinas, así agoniza el hospital más prestigioso de Venezuela*, 3 September 2017, <https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/09/03/en-ruinas-y-sin-medicinas-asi-agoniza-el-hospital-mas-prestigioso-de-venezuela/>; IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>. Infobae, *Crisis en Venezuela: aumentaron los casos de mortalidad infantil y materna y de malaria*. BBC, *Lo que dicen (y lo que no) de la salud en Venezuela las últimas cifras oficiales publicadas por el gobierno*, 10 May 2017, <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-39866691>. Infobae, *La crisis en Venezuela llegó al sexo*, 29 November 2017, <https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/11/29/la-crisis-en-venezuela-llego-al-sexo-no-hay-anticonceptivos/>; Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 44-45

[100] Infobae, *En ruinas y sin medicinas, así agoniza el hospital más prestigioso de Venezuela*, 3 September 2017, <https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/09/03/en-ruinas-y-sin-medicinas-asi-agoniza-el-hospital-mas-prestigioso-de-venezuela/>.

HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>

[101] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. P. 239

[102] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 44

[103] Human Rights Watch (2018). "La crisis de salud en Venezuela exige una respuesta regional urgente". Recuperado de: <https://www.hrw.org/es/news/2018/11/27/la-crisis-de-salud-en-venezuela-exige-una-respuesta-regional-urgente>

[104] Acceso a la justicia (2019). Publicación de twitter. Recuperado de: <https://twitter.com/AccesoJusticia/status/1085597685921603585?s=17>

[105] Human Rights Watch. Publicado em: <https://www.hrw.org/node/324226> Acesso em: 09 de maio de 2019.

[106] Human Rights Watch: abril 2019 - Emergência Humanitária na Venezuela: Resposta da ONU em grande escala é necessária para enfrentar a crise de saúde e alimentos (Acessado em 19 de maio de 2019).

[107] Human Rights Watch: abril 2019 - Emergência Humanitária na Venezuela: Resposta da ONU em grande escala é necessária para enfrentar a crise de saúde e alimentos (Acessado em 19 de maio de 2019).

[108] Human Rights Watch: abril 2019 - Emergência Humanitária na Venezuela: Resposta da ONU em grande escala é necessária para enfrentar a crise de saúde e alimentos (Acessado em 19 de maio de 2019).

[109] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. Parr. 449

[110] Ibid. Parr. 451

[111] Inter-American Commission on Human Rights (IACHR), Resolution 2/18: Forced Migration of Venezuelans, 14 March 2018, Resolution 2/18, available at: <http://www.refworld.org/docid/5aa956964.html> [accessed 5 October 2018]

[112] Human Rights Watch: World Report 2019 - Venezuela, 17 January 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> (accessed on 2 May 2019)

[113] BBC Brasil / Crise na Venezuela: os riscos para o Brasil da escalada dos conflitos, acessado em 14 may 2019 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48127208>

[114] OEA_Comissão Interamericana de Direitos Humanos <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>> Acessado em 22 de maio de 2019.

[115] OEA_Comissão Interamericana de Direitos Humanos <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>> Acessado em 22 de maio de 2019.

[116] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. parr.382.

[117] Venezuela possesses 24 State police bodies and 99 municipal police bodies, as well as the Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas (CICPC – Body for Scientific, Criminal and Criminological Investigations), the Policía Nacional Bolivariana (PNB - Bolivarian National Police) and the special intelligence police, named the Servicio Bolivariano de Inteligencia (SEBIN – Bolivarian Intelligence Service). HRW, World Report 2018: Venezuela, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; HRW, Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; Amnesty International, Nights of Terror: Attacks and Illegal Raids on Homes in Venezuela, 30 October 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr53/7285/2017/en/>; OHCHR, Human Rights Violations and Abuses in the context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; US Department of State, 2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>; Amnesty International, Annual Report 2016/17: Venezuela, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>; HRW, Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; Aporrea, Movimiento de Pobladores denuncia abusos policiales y parapoliciales contra las comunidades, 3 August 2014, <http://www.aporrea.org/ddhh/n255500.html>. Gaceta Oficial N° 40.440, 25 June 2014, http://www.imprentanacional.gob.ve/gaceta_oficial/archivos/40.440. InSight Crime, Security Forces Killed 250 Venezuela Children in 2016, 16 March 2017, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/security-forces-killed-250-venezuela-children-in-2016-report>; InSight Crime, In Venezuela, Police Kill Someone Every 1.5 Hours, 15 December 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/venezuela-police-kill-someone-every-1-5-hours>; Provea, Informe Anual 2015: Derecho a la Vida, 2016, <http://www.derechos.org/pw/wp-content/uploads/Derecho-a-la-Vida.pdf>; Provea, Informe Anual 2015: Derecho a la Libertad Personal, 2016, <http://www.derechos.org/pw/wp-content/uploads/Derecho-a-la-Integridad-Personal.pdf>. It is reported that a former non-aggression pact between the police and criminal groups has now fallen by the wayside, resulting in increased attacks by the police on the inhabitants of working-class neighbourhoods. See Contrapunto, Andrés Antillano: La recesión

económica y el aumento de la represión son una chispa eficaz para los estallidos sociales, 16 August 2015, <http://www.contrapunto.com/noticia/andres-antillano-el-aumento-de-la-represion-es-una-chispa-eficaz-para-los-estallidos-sociales/>. Reuters, ¿Soplones o guardianes de la revolución? Los "patriotas cooperantes" en Venezuela, 29 January 2016, <http://lta.reuters.com/article/domesticNews/idLTAKN0V71FT>. Acceso em 08 de outubro de 2018.

[118] PanamPost, *Espionage Against Venezuelan Opposition in Broad Daylight, New Video Shows*, 9 March 2017, <https://panampost.com/sabrina-martin/2017/03/09/espionage-against-venezuela-opposition-a-growing-problem-new-video-shows/>; La Verdad, *Capriles dice que el Sebin es un grupo de espionaje del PSUV*, 9 September 2016, <http://www.laverdad.com/politica/104962-capriles-dice-que-el-sebin-es-un-grupo-de-espionaje-del-psuv.html>. El Nacional, *"Sebin desarticula dirigencia política para dificultar recolección del 20%"*, 16 September 2016, <http://www.eluniversal.com/noticias/politica/sebin-desarticula-dirigencia-politica-para-dificultar-recoleccion-del-20%>; HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; HRW, *Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela*, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; Amnesty International, *Nights of Terror: Attacks and Illegal Raids on Homes in Venezuela*, 30 October 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr53/7285/2017/en/>; OHCHR, *Human Rights Violations and Abuses in the Context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; UJVAL, *Informe sobre la situación de los Derechos Humanos de las personas privadas de libertad en los calabozos del Servicio Bolivariano de Inteligencia Nacional (SEBIN) en el Helicoide y Plaza Venezuela*, June 2017, <http://unaventanaalibertad.org/wp-content/uploads/2017/01/UJVL-Informe-Sebin-22-junio-2017.pdf>; IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>, paras 19, 131; US Department of State, *2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela*, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>; El Nacional, *Tomás Guanipa denunció persecución a su familia por funcionarios del Sebin*, 10 October 2016, http://www.el-nacional.com/politica/Tomas-Guanipa-persecucion-funcionarios-Sebin_0_937106314.html; HRW, *Venezuela: Disidentes denuncian torturas y confesiones forzadas*, 27 July 2016, <https://www.hrw.org/es/news/2016/07/27/venezuela-disidentes-denuncian-torturas-y-confesiones-forzadas>; HRW, *Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela*, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; Defensoría del Pueblo, *Informe Anual 2015*, 2016, <http://www.defensoria.gob.ve/zona-informativa/informes-anales.html>, pp. 332 et seq; RunRun, *Así es "La Tumba" del Sebin de Plaza Venezuela*, 11 February 2015, <http://runrun.es/rr-es-plus/investigacion/186905/asi-es-la-tumba-del-sebin-de-plaza-venezuela.html>; El Nacional, *Abran la puerta, es el Sebin*, 18 May 2014, http://www.el-nacional.com/siete_dias/ARELLANO-DARIO-FUNCIONARIOS-GLIDIS-SEBIN_0_409759164.html. Provea, *Nicolás Maduro alienta ejecuciones policiales*, 3 September 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=QnaYuf0WzE>

[119] O GLOBO, *Político da oposição venezuelana morre na prisão; oposição culpa governo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/politico-da-oposicao-venezuelana-morre-na-prisao-oposicao-culpa-governo-23140766> Acesso em 09 de outubro de 2018

[120] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 15-16 e 18

[121] Efecto Cocuyo, *"Se dio una respuesta bélica a la seguridad ciudadana"*, 13 July 2016, <http://efectococuyo.com/principales/se-dio-una-respuesta-belica-a-la-seguridad-ciudadana-dice-provea-a-un-ano-de-la-olp>; IACHR, *Informe Anual 2015: Chapter IV.B (Venezuela)*, <http://www.oas.org/es/cidh/docs/annual/2015/doc-es/InformeAnual2015-Cap4-Venezuela-ES.pdf>, paras 41 et seq. Latin American Herald Tribune, *Venezuela Army Gets More Funds than Police – Even After 283,000 Murders*, 6 March 2017, <http://www.laht.com/article.asp?ArticleId=2432359&CategoryId=10717>. HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; HRW, *Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela*, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; Amnesty International, *Nights of Terror: Attacks and Illegal Raids on Homes in Venezuela*, 30 October 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr53/7285/2017/en/>; OHCHR, *Human Rights Violations and Abuses in the context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; US Department of State, *2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela*, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>; HRW, *Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela*, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; Amnesty International, *Annual Report 2015/16: Venezuela*, 24 February 2016, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>; IACHR, *Informe Anual 2015: Chapter IV.B (Venezuela)*, <http://www.oas.org/es/cidh/docs/annual/2015/doc-es/InformeAnual2015-Cap4-Venezuela-ES.pdf>, paras 41 et seq. Runrun and CONNECTAS, *OLP: La máscara del terror oficial en Venezuela*, 3 October 2017, <http://runrun.es/especiales/olp/>. US Department of State, *2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela*, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>; AP, *Venezuela Military Trafficking Food as Country Goes Hungry*, 28 December 2016, <https://www.apnews.com/64794f2594de47328b910dc29dd7c996>; El Nacional, *FANB sensible a la corrupción por opacidad*, 3 October 2014, http://www.el-nacional.com/politica/FANB-sensible-corrupcion-opacidad_0_493750784.html; El Nacional, *Rafael Huizi Clavier: "La corrupción ha tenido eco en la Fuerza Armada Nacional"*, 11 August 2013, http://www.el-nacional.com/politica/Corrupcion-FANB-Frontera-Militar_0_242975849.html. High-level military officials are also reported to have links with drug-trafficking groups, as in the case of the 'Cartel de los Soles' (Cartel of the Suns), and to Colombian guerrilla groups. See InSight Crime *Venezuela's Cartel of the Suns Revealed*, 3 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-venezuela-cartel-of-the-suns-revealed/>; Versión Final, *El narcotráfico mancha la imagen de la FANB*, 21 April 2016, <http://versionfinal.com.ve/sucesos/el-narcotrafico-mancha-la-imagen-de-la-fanb/>; El País, *Nueva luz sobre el misterioso cartel de los Soles*, 20 May 2015, http://internacional.elpais.com/internacional/2015/05/20/actualidad/1432081421_097807.html; Insight Crime, *Cartel de los Soles*, 11 August 2014, <http://es.insightcrime.org/noticias-sobre-crimen-organizado-en-venezuela/cartel-de-los-soles-perfil>

[122] The Milicia Nacional de Venezuela was created in 2007 by means of a special decree by then-president Chávez to complement the activities of the FANB. Organized and trained by the FANB and reported by the government to number 100,000 persons, they are uniformed and have permission to carry arms. See Vice News, *Nos acercamos a las Milicias Bolivarianas creadas por Maduro para defender Venezuela*, 20 April 2017, <https://news.vice.com/es/article/acercamos-milicias-bolivarianas-creadas-nicolas-maduro-defender-venezuela>; Control Ciudadano, *Milicia Nacional Bolivariana: Un cuerpo armado al margen de la Constitución*, 2016, <http://www.controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/Milicia-Nacional-Bolivariana-Estudio-de-Caso-V.pdf>; Telesur, *La Milicia Bolivariana: instrumento armado del poder popular*, 6 June 2016, <http://www.telesurtv.net/news/La-Milicia-Bolivariana-instrumento-armado-del-poder-popular-20160606-0037.html>. In 2013, the Milicia Obrera Bolivariana was created by President Maduro as an alliance between the productive sector and the FANB to guard the country's strategic economic interests. See Control Ciudadano, *Milicia Nacional Bolivariana Un cuerpo armado al margen de la Constitución*, 2016, <http://www.controlciudadano.org/web/wp-content/uploads/Milicia-Nacional-Bolivariana-Estudio-de-Caso-V.pdf>; AVN, *Milicia Obrera Bolivariana se integrará al Sistema de Protección e Integridad de la Patria*, 17 November 2014, <http://www.avn.info.ve/contenido/milicia-obrera-bolivariana-se-integrar%C3%A1-al-sistema-protecci%C3%B3n-e-integridad-patria>; Correo del Orinoco, *Para la defensa de la Patria | Maduro anunció creación de las Milicias Obreras Bolivarianas*, 22 May 2013, <http://www.correodelorinoco.gob.ve/maduro-plantea-alianza-civico-militar-para-defensa-patria/>.

El Nuevo Herald, *Maduro anuncia despliegue por toda Venezuela de fuerzas civiles antidisturbios*, 1 February 2017, <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/america-latina/venezuela-es/article130196269.html>.

RCN, *Maduro aprobó plan para expandir las milicias bolivarianas a 500.000 civiles armados con fusiles*, 17 April 2017, <http://www.noticiasrcn.com/internacional-america/maduro-aprobo-plan-expandir-las-milicias-bolivarianas-500000-civiles-armados>.

HRW, *Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela*, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; El Nacional, *Denunciaron desalojos de OLP en Ciudad Caribia*, 2 November 2015, http://www.el-nacional.com/sucesos/Denunciaron-desalojos-OLP-Ciudad-Caribia_0_731327090.html; Noticias Barquisimeto, *10 apartamentos desalojados y más de sesenta detenidos en OLP de Montalbán*, 27 July 2015, <http://www.noticiasbarquisimeto.com/2015/07/136551/10-apartamentos-desalojados-y-mas-de-sesenta-detenidos-en-olp-de-montalban/>; El Pitazo, *En Barinas*

denuncian atropellos en desalojos de OLP en desarrollos habitacionales, 18 September 2015, <http://elpitazo.com/ultimas-noticias/en-barinas-denuncian-atropellos-en-desalojos-de-olp-en-desarrollos-habitacionales/>

[123] Ibid.

[124] Ibid.

[125] Ibid.

[126] Human Rights Watch: World Report 2019 - Venezuela, 17 January 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> (accessed on 2 May 2019)

[127] US Department of State: Country Reports on Human Rights Practices 2018 - Venezuela, 13 March 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2004147.html> (accessed on 2 May 2019)

[128] US Department of State: Country Reports on Human Rights Practices 2018 - Venezuela, 13 March 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2004147.html> (accessed on 2 May 2019)

[129] IACHR, IACHR Deeply Concerned about Further Weakening of Separation and Independence of Powers and Undermining of Democratic Institutions in Venezuela, 31 de Agosto de 2017, Disponível em <http://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2017/131.asp>; HRW, World Report 2018: Venezuela, 08 de janeiro de 2018, Disponível em <<https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>>; IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 de abril de 2017, Disponível em <<http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>>; US Department of State, 2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela, 03 de março de 2017, Disponível em <<https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>>; Amnesty International, Annual Report 2016/17: Venezuela, 22 de Fevereiro de 2017, Disponível em <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>. Acesso em 08 de outubro de 2018

[130] IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; US Department of State, 2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>. Amnesty International, Annual Report 2016/17: Venezuela, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>

[131] HRW, World Report 2018: Venezuela, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; US Department of State, 2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>

49 Human Rights Watch. Annual Report on the human rights situation in 2018. Publicado em: 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/venezuela> Acesso em: 08 de maio de 2019. 50 Venezuela – Tribunal Administrativo Migratório, Informe do País de Origem, Fevereiro de 2019.

[132] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 04

[133] Information submitted by civil society organizations in the context of a hearing on the human rights situation of Venezuela, held during the 156th Period of Sessions of the IACHR. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Capítulo IV.B Venezuela. Annual Report 2016. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/informeanual2016cap4b.venezuela-en.pdf>> Acesso em: 11 de outubro de 2018. (parr. 173)

[134] US Department of State: Country Reports on Human Rights Practices 2018 - Venezuela, 13 March 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2004147.html> (accessed on 2 May 2019)

[135] Freedom in the World 2019 - Venezuela, 4 February 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 2 May 2019)

[136] Freedom in the World 2019 - Venezuela, 4 February 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 2 May 2019)

[137] Freedom in the World 2019 - Venezuela, 4 February 2019 - <https://www.ecoi.net/en/document/2002621.html> (accessed on 2 May 2019)

[138] Amnistía Internacional, *Venezuela: Aumenta represión estatal a protestas en medio de la crisis*, 2 Mayo 2019, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org/es/docid/5ccc865b4.html> [Accesado el 20 Mayo 2019]

[139] Human Rights Watch, *Venezuela: resposta violenta às manifestações*, 3 de maio de 2019, disponível neste endereço: <https://www.refworld.org/es/docid/5ccc85024.html> [Accesado em 20 de maio de 2019]

[140] OEA_Comissão Interamericana de Direitos Humanos <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf>> Acessado em 21 de maio de 2019.

[141] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Capítulo IV.B Venezuela. Annual Report 2016. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/informeanual2016cap4b.venezuela-en.pdf>> Acesso em: 11 de outubro de 2018. (parr. 6 e 7)

[142] Inter-American Commission on Human Rights (IACHR), Resolution 2/18: Forced Migration of Venezuelans, 14 March 2018, Resolution 2/18, available at: <http://www.refworld.org/docid/5aa956964.html> [accessed 5 October 2018]

[143] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Capítulo IV.B Venezuela. Annual Report 2016. Disponível em: <<http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/informeanual2016cap4b.venezuela-en.pdf>> Acesso em: 11 de outubro de 2018. (parr. 6 e 7)

[144] Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do Gabinete, Nota No 255 de 05 de agosto de 2017. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>> Acesso em 08 de outubro de 2018.

[145] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 06.

[146] CNN Chile, Declaración de Lima: “En Venezuela se ha roto el orden democrático” de 08 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.cnnchile.com/mundo/declaracion-de-lima-en-venezuela-se-ha-roto-el-orden-democratico_20170808/?> Acesso em 08 de outubro de 2018.

[147] Fox News, Venezuela Blocking Medicine, Humanitarian Aid from US Groups, 6 June 2017, <http://www.foxnews.com/world/2017/06/06/venezuela-blocking-medicine-humanitarian-aid-from-us-groups.html>; IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; CNN, Venezuela Government Refuses International Aid, 16 March 2017, <https://edition.cnn.com/videos/world/2017/03/16/price-of-food-is-skyrocketing-in-venezuela.cnn>; Amnesty International, Annual Report 2016/17: Venezuela, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>.

[148] Estadão, Governo da Venezuela rejeitou doação de remédios do Brasil. (07 de fevereiro de 2017). Disponível em "https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,governo-da-venezuela-rejeitou-doacao-de-remedios-do-brasil,70001656464" Acesso em 10 de outubro de 2018.

[149] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 06.

[150] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 07.

- [151] Human Rights Watch. Annual report on the human rights situation in 2018. Publicado em: 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/venezuela> Acesso em: 08 de maio de 2019.
- [152] APP América Noticias (2019). "Unión Europea crea Grupo de Contacto de 90 días para solucionar la crisis en Venezuela". Recuperado de: <https://www.americatv.com.pe/noticias/internacionales/union-europea-anuncia-grupo-contacto-90-dias-solucionar-crisisvenezuela-n357423> - Acesso em: 09 de maio de 2019.
- [153] Ministerio de Relaciones Exteriores (2019). Declaración del Grupo de Lima. Recuperado de: <http://www.itamaraty.gov.br/es/notas-ala-prensa/19914-declaracion-grupo-lima> Acesso em: 09 de maio de 2019.
- [154] Human Rights Watch. Annual report on the human rights situation in 2018. Publicado em: 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/venezuela> Acesso em: 08 de maio de 2019.
- [155] OEA (2019). Comunicado de Prensa C-001/19. Recuperado de: http://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-001/19 Acesso em: 09 de maio de 2019.
- [156] El Deber, Guaidó se proclama presidente y recibe reconocimiento de 16 países. Disponível em < <https://www.eldeber.com.bo/mundo/Venezuela-Guaido-se-proclama-presidente-y-16-paises-lo-reconocen-20190124-0005.html>> Acesso em 08 de março de 2019.
- [157] Human Rights Watch. Annual report on the human rights situation in 2018. Publicado em: 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/venezuela> Acesso em: 08 de maio de 2019.
- [158] CCN (2019). "Declaración del Grupo de Lima sobre Venezuela". Recuperado de: <https://cnnespanol.cnn.com/2019/02/04/declaracion-del-grupo-de-lima-sobre-venezuela/> Acesso em: 09 de maio de 2019.
- [159] O Globo, Governo brasileiro anuncia que enviará alimentos e medicamentos à Venezuela. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/governo-anuncia-forca-tarefa-para-enviar-alimentos-e-medicamentos-a-venezuela.ghtml>> Acesso em 08 de março de 2019. O Globo, Venezuela mantém bloqueio na fronteira com o Brasil pelo 14o dia Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/03/07/venezuela-mantem-bloqueio-na-fronteira-com-o-brasil-pelo-14o-dia.ghtml>> Acesso em 08 de março de 2019.
- [160] GOVBR, Em Genebra, ministra Damares Alves faz apelo por atuação internacional na Venezuela. Disponível em <<https://www.mdh.gov.br/mdh/todas-as-noticias/2019/fevereiro/em-genebra-ministra-damares-alves-faz-apelo-por-atuacao-internacional-na-venezuela>> Acesso em 08 de março de 2019.
- [161] Folha de Boa Vista, Bolsonaro recebe Guaidó e reafirma apoio a novas eleições. Disponível em <<https://www.folhabv.com.br/noticia/Bolsonaro-recebe-Guaido-e-reafirma-apoio-a-novas-eleicoes/50518>> Acesso em 08 de março de 2019.
- [162] The Conversation, Brazil and Venezuela clash over migrants, humanitarian aid and closed borders. Disponível em <<http://theconversation.com/brazil-and-venezuela-clash-over-migrants-humanitarian-aid-and-closed-borders-112913>> Acesso em 8 de março de 2019.
- [163] Daily Beast, U.S. Hits Venezuela With Sanctions for Blocking Humanitarian Aid. Disponível em < <https://www.thedailybeast.com/us-hits-venezuela-with-sanctions-for-blocking-humanitarian-aid>> Acesso em 08 de março de 2019.
- [164] Human Rights Watch. UN Security Council: Support Venezuela Emergency Declaration. Publicado em: 09 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2019/04/09/un-security-council-support-venezuela-emergency-declaration> Acesso em: 09 de maio de 2019.
- [165] Sputniknews. Brasil concede asilo a 25 militares venezuelanos refugiados na embaixada em Caracas. Publicado em: 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://mundo.sputniknews.com/america-latina/201904301087018158-brasil-concede-asilo-a-militares-venezolanos-desertores/> Acesso em: 14 de maio de 2019.
- [166] The Guardian. Guaidó seeks relations with US military in attempt to take power in Venezuela. Publicado em: 11 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/may/11/guaido-maduro-pentagon-trump-us-venezuela> Acesso em: 14 de maio de 2019.
- [167] G1. Venezuelanos aproveitam para comprar comida no Brasil após reabertura da fronteira. Publicado em: 11 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/05/11/movimento-de-carros-e-intenso-no-brasil-apos-venezuela-reabrir-fronteira.ghtml> Acesso em: 14 de maio de 2019.
- [168] Nota de orientação sobre breves considerações de proteção internacional para os venezuelanos – Atualização I - Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Atualizac%CC%A7a%CC%83o-Guidance-Note.pdf>
- [169] Nota de orientação sobre o fluxo de venezuelanos - Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) <https://www.refworld.org/es/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=5aa161014> <acessado em 19 de maio de 2019>
- [170] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. parr. 336
- [171] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 28
- [172] Insight Crime, 2017 Homicide Rates in Latin America and the Caribbean, 19 January 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-homicide-round-up/>. Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal, Caracas, Venezuela, es la ciudad más violenta del mundo, 2015, <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/230-caracas-venezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>; and Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo, 6 April 2017, <https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>.
- [173] Insight Crime, 2017 Homicide Rates in Latin America and the Caribbean, 19 January 2018, <https://www.insightcrime.org/news/analysis/2017-homicide-round-up/>. Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal, Caracas, Venezuela, es la ciudad más violenta del mundo, 2015, <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/230-caracas-venezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>; and Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo, 6 April 2017, <https://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/239-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2016-metodologia>
- [174] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. p. 2, 3
- [175] InSight Crime, Pirates, Contraband, and Mega-Gangs in Venezuela, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/pirates-contraband-and-mega-gangs-in-venezuela-part-2/>
- [176] El Nacional, 67 bandas de crimen organizado operan en Venezuela, 10 March 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/sociedad/bandas-crimen-organizado-operan-venezuela_84709.
- [177] InSight Crime, *Pirates, Contraband, and Mega-Gangs in Venezuela*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/pirates-contraband-and-mega-gangs-in-venezuela-part-2/>; Ernesto Herrera Nuñez, *Evolución de la criminalidad en Venezuela (1990-2015)*, 2016, <http://pazactiva.org.ve/wp-content/uploads/2016/10/Informe-Asamblea-Nacional-FINAL-Criminalidad-Ernesto-Herrera.pdf?platform=hootsuite>; Observatorio de Delito Organizado y Laboratorio de Ciencias Sociales, *2do informe del Observatorio de Delito Organizado*, 2015, <http://observatoriodot.org.ve/cms/index.php/home/sala-de-prensa/noticias-y-eventos/item/154-ii-informe-del-observatorio-de-delito-organizado-en-venezuela>. Insight Crime, *Venezuela Prisons: 'Pranes' and 'Revolutionary' Criminality*, 11 September 2017, <https://www.insightcrime.org/investigations/venezuela-prisons-pranes-revolutionary-criminality/>; InSight Crime, *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and>

organized-crime-thrives-in-venezuela; Insight Crime, *Train of the Plain*, 25 November 2016, <http://www.insightcrime.org/venezuela-organized-crime-news/train-of-the-plain>; El Cooperante, *Forjadores de muerte: Los ocho bloques criminales que actúan impunemente en Venezuela*, 28 August 2016, <http://elcooperante.com/forjadores-de-muerte-los-ocho-bloques-criminales-que-actuan-impunemente-en-venezuela>; Observatorio de Delito Organizado y Laboratorio de Ciencias Sociales, *2do informe del Observatorio de Delito Organizado*, 2015, <http://observatoriodot.org.ve/cms/index.php/home/sala-de-prensa/noticias-y-eventos/item/154-ii-informe-del-observatorio-de-delito-organizado-en-venezuela>, p. 16; Diario Panorama, “*Mijo te habla el pram de la cárcel, pa’ que colaboréis*”, 4 July 2012, <http://informe21.com/actualidad/12/07/04/panorama-%E2%80%9Cmijo-te-habla-el-pram-de-la-carcel-pa%E2%80%99-que-colaboreis%E2%80%9D>. Reportedly, a kind of non-aggression ‘pact’ between organized criminal groups and the police has fallen apart in the last two years, contributing to the increase in violence through the assassination by criminal groups of officials in different parts of the country. See Contrapunto, *Andrés Antillano: La recesión económica y el aumento de la represión son una chispa eficaz para los estallidos sociales*, 16 August 2015, <http://www.contrapunto.com/noticia/andres-antillano-el-aumento-de-la-represion-es-una-chispa-eficaz-para-los-estallidos-sociales/>. InSightCrime. *Criminality and Organized Crime Thrives in Venezuela*, 2 January 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/gamechangers-2016-criminality-and-organized-crime-thrives-in-venezuela>; InSight Crime, *Pirates, Contraband, and Mega-Gangs in Venezuela*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/pirates-contraband-and-mega-gangs-in-venezuela-part-2>. New York Times, *Police and Protesters in Venezuela Share Common Grievances*, 17 May 2017, <https://www.nytimes.com/2017/05/17/world/americas/venezuela-police-protests.html>; InSight Crime, *Dark Times in Venezuela Signal Bright Future for Organized Crime*, 18 April 2017, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/dark-times-venezuela-bright-future-organized-crime>. OCCRP, *Gang Lords Rule the Orinoco Mining Arc*, 19 September 2017, <https://www.occrp.org/en/goldandchaos/gang-lords-rule-the-orinoco-mining-arc>; New York Times, *Hard Times in Venezuela Breed Malaria as Desperate Flock to Mines*, 15 August 2016, <http://www.nytimes.com/2016/08/15/world/venezuela-malaria-mines.html>; Revista SIC, *Minería, sindicatos y Arco Minero del Orinoco, combinación mortal para los indígenas de El Caura*, 11 August 2016, <http://revistasic.gumilla.org/2016/mineria-sindicatos-y-arco-minero-del-orinoco-combinacion-mortal-para-los-indigenas-de-el-caura/>; InSight Crime, *Venezuela Military Profit From Illegal Gold Mining: Ex-Governor*, 14 March 2016, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/venezuela-military-profit-from-illegal-gold-mining-ex-governor>; El Nacional, *Son cinco los pranes que se disputan el “oro de sangre” en Tumeremo*, 9 March 2016, http://www.el-nacional.com/tumeremo/pranes-disputan-oro-sangre-Tumeremo_0_808119388.html; La Iguaña, *Este es el perfil criminal de “El Topo”, quien estaría detrás de la masacre de Tumeremo*, 7 March 2016, <http://laiguana.tv/articulos/23269-perfil-el-topo-tumeremo>; Panorama, *Gobernador Liborio Guarulla denunció presencia de grupos armados en Amazonas*, 25 February 2016, <http://www.panorama.com.ve/politicayeconomia/Gobernador-Liborio-Guarulla-denuncio-presencia-de-grupos-armados-en-Amazonas-20160225-0140.html>; IACHR, *Informe Anual 2015: Chapter IV.B (Venezuela)*, <http://www.oas.org/es/cidh/docs/annual/2015/docs/InformeAnual2015-Cap4-Venezuela-ES.pdf>, para. 330; Survival International, *Venezuelan Tribes Protest Against Violent Mining Gangs*, 15 June 2015, <http://www.survivalinternational.org/news/10819>. El Nacional, *67 bandas de crimen organizado operan en Venezuela*, 10 March 2017, http://www.el-nacional.com/noticias/sociedad/bandas-crimen-organizado-operan-venezuela_84709

[178] CGRS-CEDOCA – Office of the Commissioner General for Refugees and Stateless Persons (Belgium), COI unit: VENEZUELA; Situation sécuritaire, 4 April 2019 https://www.ecoi.net/en/file/local/2006920/coi_focus_venezuela_situation_securitaire_20190404.pdf (accessed on 21 May 2019)

[179] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 46

[180] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 47

[181] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 46

[182] Fundación Bengoa et al, *Encuesta sobre Condiciones de Vida en Venezuela 2016, 2017*, <http://www.fundacionbengoa.org/noticias/2017/images/ENCOVI-2016-Alimentacion.pdf>, chapter on Alimentación.

[183] Cáritas, *Monitoreo de la Situación Nutricional en Niños Menores de 5 años: Distrito Vargas, Miranda y Zulia - Venezuela: mayo-agosto 2017*, September 2017, <https://drive.google.com/file/d/0B6N2tMwtt0ugTXyZ0xjZVBfSfK/view>. Infobae, *Hambre en Venezuela: Cáritas atendió en 2017 el doble de niños desnutridos que en 2016*, 8 January 2018, <https://www.infobae.com/americas/venezuela/2018/01/08/hambre-en-venezuela-caritas-atendio-en-2017-el-doble-de-ninos-desnutridos-que-en-2016/>. New York Times, *As Venezuela Collapses, Children Are Dying of Hunger*, 17 December 2017, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/17/world/americas/venezuela-children-starving.html>. Guardian, *“We Loot or We Die of Hunger”: Food Shortages Fuel Unrest in Venezuela*, 21 January 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/21/venezuela-looting-violence-food-shortages>; El Tiempo, *Saqueos y protestas, el drama por la falta de comida en Venezuela*, 13 January 2018, <http://www.eltiempo.com/mundo/venezuela/protestas-y-saqueos-por-falta-de-comida-en-venezuela-170766>; AP, *Pirates Preying on Venezuelan Fishermen as Industry Unravels*, 8 December 2016, <https://apnews.com/29e63ba3282d496cb6d91e9f53b3cd5e>

[184] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018 p. 48

[185] IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; VoA, *No Food, No Teachers, Violence in Failing Venezuela Schools*, 17 June 2016, <https://www.voanews.com/a/no-food-no-teachers-violence-in-failing-venezuela-schools/3380651.html>; Los Angeles Times, *In Venezuela, Students and Faculty Caught in Budget-Driven University Closures*, 17 November 2015, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-venezuela-professors-20151117-story.html>

[186] HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; Financial Times, *Venezuela’s Food Parcels Prove Imperfect Solution to Crisis*, 17 June 2017, <https://www.ft.com/content/f073edd2-4c78-11e7-919a-1e14ce4af89b>; AP, *Venezuela Military Trafficking Food as Country Goes Hungry*, 28 December 2016, <https://www.apnews.com/64794f2594de47328b910dc29dd7c996>; PROVEA, *Los CLAP: 7 indicios de discriminación política*, 4 November 2016, <https://www.derechos.org/ve/investigacion/los-clap-7-indicios-de-discriminacion-politica>. New York Times, *As Venezuela Collapses, Children Are Dying of Hunger*, 17 December 2017, <https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/17/world/americas/venezuela-children-starving.html>; El Mundo, *Así amenaza el chavismo para forzar al voto: “Quien no vote, está botado”*, 28 July 2017, <http://www.elmundo.es/internacional/2017/07/28/597a328e468aebf7708b46e7.html>. El Nuevo Herald, *Comida y casa, las promesas del “Carnet de la Patria” en Venezuela*, 21 January 2017, <http://www.elnuevoherald.com/noticias/mundo/americas-latina/venezuela-es/article127921029.html>

[187] IACHR, Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela), 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>

[188] Wall Street Journal, *Doctors Flee Desperate Venezuela to Work in Safer Places*, 12 June 2017, <https://www.wsj.com/articles/doctors-flee-desperate-venezuela-to-work-in-safer-places-1497303556>; Guardian, *“Like Doctors in a War”: Inside Venezuela’s Healthcare Crisis*, 19 October 2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/oct/19/venezuela-crisis-hospitals-shortages-barcelona-caracas>. CNN, *Amid Chaos in Venezuela, Infant Deaths, Malaria Cases Skyrocket*, 10 May 2017, <http://edition.cnn.com/2017/05/10/health/venezuela-malaria-infant-mortality/index.html>

[189] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 39 e 42.

[190] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05

de outubro de 2018. P. 43

[191] Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>. HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>

[192] United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. Human rights violations in the Bolivarian Republic of Venezuela: a downward spiral with no end in sight. Publicado em: Junho de 2018. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelaReport2018_EN.pdf Acesso em: 05 de outubro de 2018. P. 40

[193] Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>. HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>

[194] Infobae, *La crisis en Venezuela llegó al sexo*, 29 November 2017, <https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/11/29/la-crisis-en-venezuela-llego-al-sexo-no-hay-anticonceptivos/>; Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>.

[195] Segundo alegado pelo governo, os *colectivos* atuam de forma independente, ainda que tolerados pelo governo, no controle de território, perpetrando ações de limpeza social, criminalidade, extorsão, sequestro e roubo de carro e casas

[196] Infobae, *En ruinas y sin medicinas, así agoniza el hospital más prestigioso de Venezuela*, 3 September 2017, <https://www.infobae.com/america/venezuela/2017/09/03/en-ruinas-y-sin-medicinas-asi-agoniza-el-hospital-mas-prestigioso-de-venezuela/>.

HRW, *Venezuela's Humanitarian Crisis: Severe Medical and Food Shortages, Inadequate and Repressive Government Response*, 24 October 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/10/24/venezuelas-humanitarian-crisis/severe-medical-and-food-shortages-inadequate-and>

[197] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. P. 239

[198] Estadão, *Governo da Venezuela rejeitou doação de remédios do Brasil*. (07 de fevereiro de 2017). Disponível em " <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,governo-da-venezuela-rejeitou-doacao-de-remedios-do-brasil,70001656464>" Acesso em 10 de outubro de 2018.

[199] IACHR, *Annual Report 2016: Chapter IV.B (Venezuela)*, 27 April 2017, <http://www.oas.org/en/iachr/docs/annual/2016/docs/InformeAnual2016cap4B.Venezuela-en.pdf>; VoA, *No Food, No Teachers, Violence in Failing Venezuela Schools*, 17 June 2016, <https://www.voanews.com/a/no-food-no-teachers-violence-in-failing-venezuela-schools/3380651.html>; Los Angeles Times, *In Venezuela, Students and Faculty Caught in Budget-Driven University Closures*, 17 November 2015, <http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-venezuela-professors-20151117-story.html>

[200] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. Parr. 451.

[201] Reuters, *Job losses, Low Wages Add to Venezuela Economic Hardship*, 2 March 2017, <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-economy/job-losses-low-wages-add-to-venezuela-economic-hardship-idUSKBN16926M>

[202] Human Rights Watch: *World Report 2019 - Venezuela*, 17 January 2019 <https://www.ecoi.net/en/document/2002237.html> (accessed on 2 May 2019)

[203] Venezuela possesses 24 State police bodies and 99 municipal police bodies, as well as the Cuerpo de Investigaciones Científicas, Penales y Criminalísticas (CICPC – Body for Scientific, Criminal and Criminological Investigations), the Policía Nacional Bolivariana (PNB - Bolivarian National Police) and the special intelligence police, named the Servicio Bolivariano de Inteligencia (SEBIN – Bolivarian Intelligence Service). HRW, *World Report 2018: Venezuela*, 8 January 2018, <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/venezuela>; HRW, *Crackdown on Dissent: Brutality, Torture and Political Persecution in Venezuela*, November 2017, <https://www.hrw.org/report/2017/11/29/crackdown-dissent/brutality-torture-and-political-persecution-venezuela>; Amnesty International, *Nights of Terror: Attacks and Illegal Raids on Homes in Venezuela*, 30 October 2017, <https://www.amnesty.org/en/documents/amr53/7285/2017/en/>; OHCHR, *Human Rights Violations and Abuses in the context of Protests in the Bolivarian Republic of Venezuela from 1 April to 31 July 2017*, August 2017, http://www.ohchr.org/Documents/Countries/VE/HCRReportVenezuela_1April-31July2017_EN.pdf; US Department of State, *2016 Country Reports on Human Rights Practices: Venezuela*, 3 March 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/265834.pdf>; Amnesty International, *Annual Report 2016/17: Venezuela*, 22 February 2017, <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/venezuela/report-venezuela/>; HRW, *Unchecked Power: Police and Military Raids in Low-Income and Immigrant Communities in Venezuela*, April 2016, <https://www.hrw.org/report/2016/04/04/unchecked-power/police-and-military-raids-low-income-and-immigrant-communities>; Aporrea, *Movimiento de Pobladores denuncia abusos policiales y parapoliciales contra las comunidades*, 3 August 2014, <http://www.aporrea.org/ddhh/n255500.html>. *Gaceta Oficial N° 40.440*, 25 June 2014, http://www.imprentanacional.gob.ve/gaceta_oficial/archivos/40.440. InSight Crime, *Security Forces Killed 250 Venezuela Children in 2016*, 16 March 2017, <http://www.insightcrime.org/news-briefs/security-forces-killed-250-venezuela-children-in-2016-report>; InSight Crime, *In Venezuela, Police Kill Someone Every 1.5 Hours*, 15 December 2016, <http://www.insightcrime.org/news-analysis/venezuela-police-kill-someone-every-1-5-hours>; Provea, *Informe Anual 2015: Derecho a la Vida*, 2016, <http://www.derechos.org/ve/pw/wp-content/uploads/Derecho-a-la-Vida.pdf>; Provea, *Informe Anual 2015: Derecho a la Libertad Personal*, 2016, <http://www.derechos.org/ve/pw/wp-content/uploads/Derecho-a-la-Integridad-Personal.pdf>. It is reported that a former non-aggression pact between the police and criminal groups has now fallen by the wayside, resulting in increased attacks by the police on the inhabitants of working-class neighbourhoods. See *Contrapunto*, Andrés Antillano: *La recesión económica y el aumento de la represión son una chispa eficaz para los estallidos sociales*, 16 August 2015, <http://www.contrapunto.com/noticia/andres-antillano-el-aumento-de-la-represion-es-una-chispa-eficaz-para-los-estallidos-sociales/>. Reuters, *¿Soplones o guardianes de la revolución? Los "patriotas cooperantes" en Venezuela*, 29 January 2016, <http://lta.reuters.com/article/domesticNews/idLTAKN0V71FT>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

[204] Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Situação de Direitos Humanos na Venezuela. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Venezuela2018-es.pdf> > Acesso em: 09 de outubro de 2018. parr.382.

[205] Amnistía Internacional, *Venezuela: Aumenta represión estatal a protestas en medio de la crisis*, 2 Mayo 2019, disponible en esta dirección: <https://www.refworld.org/es/docid/5ccc865b4.html> [Accesado el 20 Mayo 2019]

[206] Nota de orientação sobre considerações de proteção internacional para os venezuelanos – Atualização I - Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Atualizac%CC%A7a%CC%83o-Guidance-Note.pdf>

ANEXO:

[207] Mensagem eletrônica do MRE:

"Senhora Secretária Nacional de Justiça,

Em atendimento à consulta formulada por meio do ofício n. 1370/2019/GAB-SNJ/SNJ/MJ, de 2/5 do corrente, informo que o Ministério das Relações Exteriores está de acordo com as recomendações constantes dos itens 4,

5 e 6 da nota técnica n. 23/2018/CONARE, relativa ao reconhecimento da prevalência de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos em todo o território venezuelano, para efeitos de aplicação do disposto no artigo 1º, inciso III, da lei 9.474.

2. Na visão do Itamaraty, o referido documento faz apreciação correta da realidade hoje prevalente na Venezuela, bem como da correspondência entre o caráter sistemático e generalizado das violações de direitos humanos que ocorrem naquele país e os critérios adotados pela legislação brasileira e pela Declaração de Cartagena de 1984 – documento que, refletindo a realidade dos deslocamentos forçados na América Central naquela década, inspirou o Brasil a ampliar, na lei 9.474, a definição “clássica” de refugiado estabelecida pela Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967.

3. O Itamaraty também considera apropriadas as recomendações no sentido de que a aplicação do inciso III do artigo 1º da Lei 9.474 se traduza na adoção de procedimentos simplificados que permitam a rápida tramitação das solicitações de refúgio de nacionais venezuelanos, sem descuidar de análise da incidência de eventuais cláusulas de exclusão, conforme dispõe a legislação.

4. O reconhecimento da condição de refugiado dos solicitantes venezuelanos, com base na constatação da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos enfrentada pela Venezuela, permitirá conferir a adequada proteção internacional aos que dela necessitam, consoante as obrigações internacionais do Brasil na matéria.

Cordialmente,

Fabio Mendes Marzano
Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania"